



viaescola

UM PACTO PELA EDUCAÇÃO

Estratégia para implementação da tecnologia educacional

Vozes dos profissionais da educação



ICEP

*Lendo o Mundo
para Escrever a Vida*



**Rota dos
Coqueiros**

PROGRAMA VIA ESCOLA

Estratégia para implementação da
tecnologia educacional

Vozes dos profissionais da educação



PROGRAMA VIA ESCOLA

Estratégia para implementação da tecnologia educacional

Vozes dos profissionais da educação

Instituto Chapada de Educação e Pesquisa - ICEP

Cybele Amado de Oliveira
Presidente

Cybele Amado de Oliveira
Eliana Muricy
Elisabete Monteiro
Fernanda Novaes
Diretoras

Elisabete Monteiro
Diretora Pedagógica

Raidalva Silva
Coordenadora Pedagógica

Márcia Magalhães
Formadora

Aline Nascimento
Formadora/revisora

Concessionária Rota dos Coqueiros - CRC

Roberta Nunes
Coordenadora do Programa

ELABORADORES:

Cabo de Santo Agostinho

Analice Pereira de Souza
Cristiane Miguel da Hora Madeiros
Delma Maria Barbosa Rodrigues Lima
Edjane Figueroa de Lima Silva
Flávia Ferreira do Nascimento
Georgens Ferreira
Gilzelânia Roberto de Barros
Ilka Carla de Sá Ferreira Dutra
Maria Aparecida de Andrade
Maria de Fátima Almeida
Maria Gilvanete Alencar
Maria José da Silva
Rosineide Maria de Oliveira
Sandra Cristina da Silva
Verônica das Neves Lira
Zuleide Maurício da Silva Gomes

Jaboatão dos Guararapes

Ana Caroline Marino Araujo
Crstiane Athanásio
Edilange Galvão
Érica Montenegro de Mélo
Irana Britto
Kelly Daniela Farias de Souza Cascão
Maria da Conceição Cavalcante
Maria de Fátima Moura
Marta Oliveira dos Santos
Mônica Falcão Cabral
Sandra Regina Silva Oliveira
Shalimar G. da Silva Reis
Sílvia Azevedo Aragão
Walkíria Andrade Chaves Silva



AGRADECIMENTO

"O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro". Mia Couto

Com a inspiração trazida pela literatura de Mia Couto, e agregando o que musicou Raul Seixas quando disse que “Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”, agradecemos a todos os educadores e todas as educadoras das redes municipais de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco/PE, por trilharmos juntos/as esse caminho tão bonito e carregado de sentidos e significados quanto a melhoria da qualidade da educação pública.

DEDICATÓRIA

Esta publicação, realizada por várias mãos, em que os profissionais da educação dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes sistematizam todo o percurso vivido no contexto da formação continuada, é dedicada a todos os estudantes das escolas públicas do nosso país, que têm o direito de contar com profissionais da educação que valorizam a ação coletiva e corresponsabilizam-se pela melhoria da qualidade da educação oferecida a todos e todas.

APRESENTAÇÃO

O Programa Via Escola é de responsabilidade social da Concessionária Rota dos Coqueiros, que por meio da tecnologia educacional de autoria do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa executou o processo de formação continuada e mobilização política das redes de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

As ações vividas nos anos de 2012 a 2014 nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes estão neste documento sistematizadas via as vozes dos profissionais da educação desses municípios.

Serão apresentados aqui os relatos, percepções e narrativas, no âmbito pedagógico, escritos pelos profissionais da educação, sendo que o documento é dividido em duas partes, cada uma dedicada ao registro reflexivo do respectivo município.



CABO DE SANTO AGOSTINHO

Programa Via Escola – Um Pacto pela Educação: Primícias e Resultados



SUMÁRIO



1. <u>APRESENTAÇÃO</u>	7
2. <u>HISTÓRICO DO PROGRAMA VIA ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - 2012 A 2016</u>	8
3. <u>DIAGNOSE INSTITUCIONAL</u>	12
3.1 Avaliação Institucional – Marco 0 e de Processo	12
3.2 Avanços e desafios elencados nas entrevistas	14
4. <u>ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS</u>	17
5. <u>FUNÇÕES PROFISSIONAIS: APRENDIZAGENS NO PROGRAMA VIA ESCOLA</u>	20
5.1 Dirigente Escolar	20
5.2 Supervisor Pedagógico	21
5.3 Equipe Técnica	23
6. <u>MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: PROJETO MOBILIZA</u>	24
6.1 Projeto Mobiliza no Cabo de Santo Agostinho	24
7. <u>FORMAÇÃO CONTINUADA</u>	27
7.1 Atores do processo: professores, supervisores escolares, dirigentes escolares e equipe técnica	27
7.2 Supervisor pedagógico: resgate do papel de formador	29
7.3 Dupla gestora: trabalho colaborativo	31
7.4 Conteúdos de formação	32
8. <u>PROJETOS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA</u>	34
8.1 PAP - Plano de Apoio Pedagógico	34
8.2 PIL - Projeto Institucional de Leitura	35
9. <u>ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO - AÇÕES</u>	38
10. <u>AÇÕES REALIZADAS NO PROGRAMA VIA ESCOLA</u>	39
11. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	41
<u>REFERÊNCIAS</u>	42
<u>ANEXOS</u>	43
1. Propostas para a melhoria da qualidade da educação elaboradas no I Fórum de Educação	43
2. Carta Compromisso	49
3. Fotos	52

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento intitulado ***Programa Via Escola – Um Pacto pela Educação: Primícias e Resultados*** tem como objetivo apresentar a trajetória e resultados do desenvolvimento do referido Programa na Rede Municipal de Ensino do Cabo de Santo Agostinho, o qual foi lançado em 2012, e na ocasião houve uma assinatura do termo de parceria entre os municípios contemplados (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Jaboatão dos Guararapes) e a Concessionária Rota dos Coqueiros, formada pelos grupos Cornélio Brennand e Odebrecht. O Programa foi vivenciado no período de 2012 a 2016, sendo esse período dividido em dois ciclos de trajeto do Programa (2012 a 2014) e (2015/2016).

O Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) foi o parceiro que a Concessionária escolheu para desenvolver a metodologia educacional do programa que contemplou formações continuadas

para professores, supervisores pedagógicos, dirigentes escolares e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, e a meta era reduzir o analfabetismo funcional e elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas participantes, bem como melhorar o desempenho em leitura e escrita, com foco na competência leitora e escritora dos estudantes.

O presente documento apresenta um histórico sobre o desenvolvimento do Programa Via Escola na Rede de Ensino, uma abordagem sobre a gestão de resultados a partir dos diagnósticos institucionais e das avaliações externas, referências quanto à elaboração da Proposta para Melhoria da Qualidade da Educação, registros sobre a organização do processo formativo e quanto ao papel do educador, e relato quanto aos projetos de intervenção e acompanhamento pedagógico.

2. HISTÓRICO DO PROGRAMA VIA ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO – 2012 A 2016

O Programa Via Escola foi vivenciado no período de 2012 a 2016, enquanto projeto social, por meio de parceria entre a Concessionária Rota dos Coqueiros, formada pelos grupos Cornélio Brennand e Odebrecht, os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca (permaneceu só em 2012) e Jaboatão dos Guararapes, e o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) atuando enquanto parceiro no território Pernambuco, com incentivo à metodologia de territórios colaborativos e mobilização social.

O Programa Via Escola, por meio da metodologia desenvolvida pelo ICEP, visando a qualificação da educação através da potencialização do trabalho pedagógico, ampliou as oportunidades de formação continuada para a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME), Supervisores Pedagógicos Escolares, Dirigentes Escolares e Professores, realizando assim uma formação de profissionais em rede, com o intuito de proporcionar aos estudantes das escolas envolvidas, atividades pedagógicas significativas, fomentando a autonomia dos mesmos

diante de suas aprendizagens e a construção de suas competências leitora e escritora. Assim, o Via Escola através do estabelecimento de metas voltadas à leitura e produção de texto e à valorização de soluções e jurisdições locais, estimulando os municípios a caminhar com autonomia, contribuiu para a redução do analfabetismo funcional e para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas participantes do Programa.

No município do Cabo de Santo Agostinho, o critério utilizado para escolha das escolas participantes foi o baixo desempenho no IDEB, sendo selecionadas escolas por regional (estrutura da organização municipal). O Programa Via Escola foi estruturado em escolas piloto e escolas convidadas, objetivando fazer comparativo de resultados; sendo assim, onze escolas municipais participaram do Programa, sendo sete no grupo “piloto”: Professora Celma Barros Cabral (antes denominada Vila União), Madre Iva Bezerra de Araújo, Maria Madalena Tabosa Lopes, Joaquim Nabuco (iniciou em 2013),

José Clarindo Gomes, Professora Laura Rodrigues da Costa, Vereador João Ciríaco da Silva, e quatro escolas “convidadas”, uma por regional: Vereador Edvaldo Martins, Carmencita Ramos Cavalcanti, Senador Paulo Guerra e Aristheu Figueiredo.

O Programa Via Escola, realizado em dois ciclos: 2012-2014 e 2015-2016, se configurou como meio de desenvolvimento e implementação de uma metodologia de colaboração e mobilização proposta pelo ICEP, numa combinação e constituição de um programa de formação continuada, gestão de resultados e de estratégias de mobilização sócio-política, envolvendo de forma direta prefeito, vereadores, secretário de educação, profissionais da educação e comunidades escolares, na busca de assegurar e qualificar as boas políticas educacionais e sociais, as quais culminam para um maior desempenho dos indicadores de aprendizagem.

No primeiro ciclo 2012-2013, foram realizadas as Formações Continuidas com a sistemática de encontros formativos mensais de 8 horas para professores do 1º ciclo (1º ao 3º ano) e do 2º ciclo (4º e 5º anos), de 16

horas mensais para supervisores pedagógicos, de 8 horas para dirigentes escolares e 16 horas para equipe técnica. Também ocorrem: a 1ª avaliação institucional com objetivo de construir o marco zero e o alinhamento das propostas formativas, o 1º encontro territorial de equipes técnicas envolvendo os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Ipojuca, o 1º Seminário de Publicação de Resultados, a 1ª Conferência do Programa Via Escola proferida pelo educador Antônio Nóvoa, os primeiros acompanhamentos pedagógicos às escolas pela equipe técnica, a realização dos Mini fóruns nas escolas piloto, o 1º Fórum de Educação no contexto de mobilização social e o 1º Seminário Didático.

No último ano do primeiro ciclo do Programa foram realizados alguns ajustes, visando o início da autonomia da rede municipal; assim em 2014 foram realizados 10 encontros formativos locais para equipe técnica, 8 encontros territoriais das equipes técnicas de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, 6 encontros com as duplas gestoras, 8 encontros com os supervisores pedagógicos e 4 encontros formativos

com os professores dos ciclos I e II, todos os encontros de formação tiveram carga horária de 8 horas cada. Também foram realizados dois Seminários Intermunicipais com o foco em gestão da aprendizagem, realização da avaliação diagnóstica nas escolas piloto, acompanhamentos pedagógicos, realização da segunda avaliação institucional e pesquisa avaliativa com os grupos focais de professores, supervisores, dirigentes escolares, equipe técnica e entrevista com o secretário de educação.

Iniciando o segundo ciclo do Programa, o ICEP, com intuito de colaborar com a conquista da autonomia da gestão de formação continuada nos municípios, constituiu uma rede colaborativa de aprendizagem, numa dimensão territorial, em que foram realizados, em 2015, 09 encontros territoriais das equipes técnicas de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, 2 encontros territoriais de duplas gestoras (dirigentes escolares e supervisores pedagógicos escolares) com carga horária de 8 horas cada, promovendo uma gestão participativa e interativa no sentido de alcançar as metas e os objetos propostos na parceria até o ano de

2016. Também foram realizados 2 Seminários Intermunicipais e a avaliação diagnóstica nas turmas de 1º ao 5º ano das escolas piloto e de mais 9 escolas convidadas, a equipe técnica assumiu a formação dos professores.

Ainda em 2015 foi criado o Comitê Gestor objetivando “Fortalecer o processo de gestão compartilhada do Via Escola para a promoção da sustentabilidade e ampliação do Programa no território Pernambuco”. Esse comitê foi formado por representantes dos dois municípios, do ICEP e da Concessionária Rota dos Coqueiros.

Em 2016, com a atuação do Comitê Gestor, foram propostas as seguintes ações: 6 reuniões do Comitê Gestor, 4 encontros territoriais de equipes técnicas, 2 encontros de dupla gestora (dirigente escolar e supervisor pedagógico escolar), 2 seminários territoriais avaliativos, 2 reuniões com secretários municipais de educação e 8 encontros formativos de equipes técnicas.

Em 2017, o Programa Via Escola realizou junto à rede municipal (equipe técnica, dirigentes escolares, supervisores pedagógicos e professores) momentos reflexivos

sobre sua atuação no território Pernambuco com o objetivo de construir uma memória resultante dos 5 anos de sua trajetória, intitulado

Programa Via Escola – Um Pacto pela Educação: Primícias e Resultados.

3. DIAGNOSE INSTITUCIONAL



O padrão de qualidade na educação é um princípio garantido por lei. Nesse sentido, a escola precisa acompanhar e monitorar o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico por meio de avaliações da aprendizagem, bem como do funcionamento escolar, visando à melhoria da qualidade do ensino e do desempenho institucional.

Sendo a avaliação um processo sistemático e que aponta indicadores para tomada de decisões e

redirecionamento da prática educativa, a avaliação institucional aqui apresentada teve como foco a diagnose das aprendizagens dos estudantes quanto à apropriação do sistema de escrita, leitura e produção de textos, bem como as práticas relativas à gestão da aprendizagem da equipe pedagógica e corpo docente.

3.1 Avaliação Institucional – Marco 0 e de Processo

A Casa 7 Memórias e Aprendizagens realizou duas avaliações, em 2012 um diagnóstico inicial e em 2013 uma avaliação do processo.

A metodologia aplicada em 2012 foi composta por:

- Aplicação de questionários on-line: equipe técnica, dirigentes escolares, supervisores pedagógicos escolares e professores das 6 escolas

participantes do Programa em 2012.

- Aplicação de provas para alunos de 3º ano (2ª série) e produções textuais para alunos de 5º ano (4ª série) em 3 escolas.
- Realização de entrevista com o Secretário de Educação.
- Realização de entrevistas com grupos focais da equipe técnica e das 3 escolas, sendo os seguintes participantes: 14 profissionais da equipe técnica, 6 dirigentes escolares, 5

supervisores pedagógicos escolares e 16 professores.

escolas apresentavam portes diversos, variando de 100 a 370 estudantes.

A amostra foi extraída das 6 escolas do grupo piloto, que em 2012 tinham 47 professores do Fundamental I, 7 supervisores pedagógicos, 11 dirigentes escolares e 1.107 alunos de 1º ao 5º ano do Fundamental I. Em 2013, houve 30% de aumento no número de alunos e 20% no de professores em relação a 2012. As

A Casa 7 considerou três escolas uma amostra representativa, logo realizou o diagnóstico inicial envolvendo:

- 3 supervisores pedagógicos escolares (43% do total).
- 22 professores (47% do total).
- 570 estudantes (52% do total).

Informações sobre as escolas do grupo piloto

Escola	Localização		Número de Professores						N. CP	N. DE	Número de Alunos				
	Urbana	Rural	EI	Ensino Fundamental I							Ensino Fundamental I				
				1º	2º	3º	4º	5º			1º	2º	3º	4º	5º
MADRE IVA BEZERRA DE ARAÚJO	x		-	1	1	1	1	1	1	2	9	29	35	25	36
PROF.ª CELMA BARROS CABRAL (1)	x		-	2	3	2	2	1	1	2	40	67	58	62	39
JOAQUIM NABUCO (2)															
Mª MADALENA TABOSA LOPES		x	x	1	1	1	*	1	1	1	26	24	23	15	14
JOSÉ CLARINDO GOMES	x		x	4	4	3	3	3	2	2	64	96	77	62	73
PROF.ª LAURA RODRIGUES DA COSTA	x		*	1	1	1	1	*	1	2	10	18	17	8	10
VER. JOÃO CIRÍACO DA SILVA	x		-	1	2	2	1	1	1	2	26	31	47	36	30
TOTAL				10	12	10	8	7	7	11	175	265	257	208	202

Fonte - Secretaria Municipal de Educação

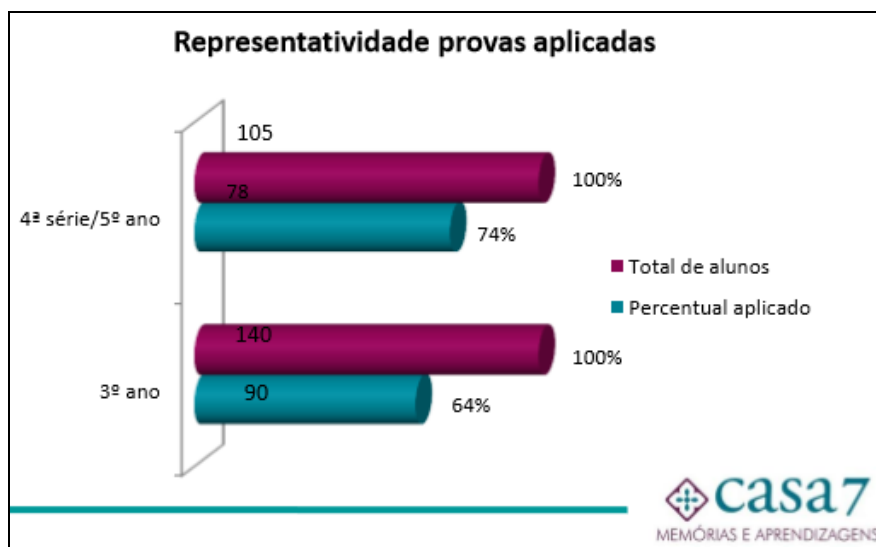
1. A escola mudou de nome em 2013. O nome anterior era Escola Municipal Vila União. 2. A Escola Municipal Joaquim Nabuco entrou no Programa Via Escola em 2013 e não participou da avaliação

Em 2012, os resultados do “Marco 0” foram apresentados pela Casa 7 para a equipe técnica municipal.

Em 2013, na avaliação do processo, foram aplicados 168 diagnósticos: 90 provas no 3º ano e 78 redações no 5º ano nas escolas:

Madre Iva Bezerra de Araújo, Prof^a
Celma Barros Cabral (antes Vila

União) e Ver. João Ciríaco da Silva.



A amostra representou mais de 60% do total de estudantes nos anos/séries avaliadas das três escolas, mesmo considerando o número de matriculados.

A Casa 7 através das entrevistas coletou dados sobre os avanços obtidos através do Programa Via Escola e os desafios ainda existentes que poderiam dificultar o trabalho pedagógico.

3.2 Avanços e desafios elencados nas entrevistas

Os principais avanços apontados pelos entrevistados foram:

a. 2012

- Investimento para educação (concurso, construção de escolas, existência de equipe técnica, material para alunos etc.)

b. 2013

- Secretaria Municipal de Educação mais perto das escolas, preocupada com a leitura e escrita, investindo no desenvolvimento pedagógico.
- Convite a todos os supervisores escolares (além das escolas piloto) para participar das formações.

Depoimentos:

"Era uma coisa separada praticamente, eles tomavam conta lá e a gente ficava com a maior parte da mão de obra aqui. Eu acredito que o Via Escola tenha sido um dos fatores que contribuíram para isso. " (Grupo focal professores).

"Está havendo uma preocupação muito grande, desde o prefeito, que tem procurado saber sobre os índices. " (Grupo focal de supervisores escolares)

93% dos participantes consideraram que as atividades propostas nos encontros de formação são muito úteis para a prática. Com isso o município de Cabo de Santo Agostinho aprimorou os resultados da aprendizagem dos estudantes quanto à formação leitora e a produção de escrita.

- Necessidade de concurso para supervisores pedagógicos escolares;
- Sobrecarga de trabalho da equipe técnica;
- Falta de participação das famílias;
- Permanência de questões como infraestrutura das escolas, falta de material, déficit de recursos humanos (supervisores) e rotatividade na rede.

Os principais desafios na visão dos entrevistados foram:

- Número elevado e heterogeneidade de estudantes por sala;
- Quantidade elevada de professores em vias de aposentadoria e desestimulados;
- Rotatividade: mudanças recentes de dirigentes escolares, de professores e de supervisores pedagógicos escolares;

Através da análise realizada pela Casa 7 observou-se que 93% dos participantes consideraram que as atividades propostas nos encontros de formação são muito úteis para a prática. Com isso o município de Cabo de Santo Agostinho aprimorou os resultados da aprendizagem dos estudantes quanto à formação leitora e a produção de escrita.

Houve também uma maior valorização quanto as formações realizadas pelo Via Escola, como também aquelas realizadas pelos

técnicos da Secretaria Municipal de Educação por parte dos participantes, pois perceberam que as formações eram para atuação em sala de aula, sobre a prática, de maneira “menos tradicional”, mais crítica e mais ampla. Destacaram a compreensão do construtivismo como um caminho, o papel do professor como pesquisador reflexivo, bem como a ênfase nos hábitos de leitura.

Depoimentos:

“Para mim foi essa questão, a mudança de visão daquele estilo tradicional para essa visão mais ampla do que é a educação.” (Grupo focal Professores)

“Via Escola tem me dando a capacidade de refletir criticamente a minha prática e de adquirir a condição de pesquisadora, assim se eu acho um obstáculo eu vou procurar ver se eu acho um meio de resolvê-lo.” (Grupo focal Professores)

Os supervisores pedagógicos escolares e a equipe técnica também manifestaram opiniões positivas em relação ao Via Escola. A contribuição para o planejamento foi destacada, assim como para a construção do papel de formador de supervisores e equipe da Secretaria de Educação como uma política pública.

Depoimentos:

“Via Escola tem trazido para a gente como planejar, o que é conteúdo, a diferença de conteúdo, de estratégias que a gente não entendia que era dessa forma, então era assim muito mecânico.” (Grupo focal supervisores escolares).

“Uma das grandes contribuições do Programa para a gente foi nessa questão do papel da equipe técnica enquanto assim uma formalização de política pública aqui da rede”. (Grupo focal equipe técnica).

4. ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

O Programa Via Escola, por meio da gestão de resultados, contribuiu com uma nova perspectiva sobre a avaliação e o monitoramento das aprendizagens dos estudantes da Rede de Ensino, pois através dos momentos de análise das avaliações diagnósticas percebe-se a importância do papel de cada um dos atores da escola e suas contribuições para o sucesso da aprendizagem.

Essa visão reflete sobre o que expressam as avaliações e o que é preciso fazer para melhorar os resultados por elas apontados. Tais resultados retratam a real situação da escola, implicando em responsabilidades para todos, pois o elevado ou baixo desempenho reflete o que e como o estudante aprendeu e, consequentemente, o que e como o professor ensinou, sem deixar de fora desse processo a gestão escolar e a supervisão pedagógica.

Os resultados do IDEB de anos anteriores das escolas do grupo piloto foram a base inicial para a discussão e a construção de metas para melhoria das competências leitora e escritora, e

assim atingir índices melhores no que se refere ao ensino da língua materna.

A partir das metas estabelecidas, as escolas passaram a divulgar seus resultados internos e externos a toda comunidade escolar. Desse modo todos se sentiram coparticipantes na gestão dos resultados.

Conforme nos orienta Franco (1993) é preciso olharmos para os modelos inadequados e fragmentados da avaliação, que se relacionam diretamente com o fracasso escolar, incluindo nele a evasão e a repetência. E para modificar esse cenário é fundamental entendermos os sentidos e significados que a avaliação assume para o estudante quanto aos seus motivos e finalidades.

Diante desse contexto, a divulgação dos resultados passou a ser pensada/estudada coletivamente com professores, supervisores pedagógicos e dirigentes escolares, de forma a proporcionar o entendimento sobre os dados disponibilizados, para que tais resultados fossem utilizados como instrumento de problematização sobre a qualidade da educação da unidade escolar.

IDEB das escolas participantes

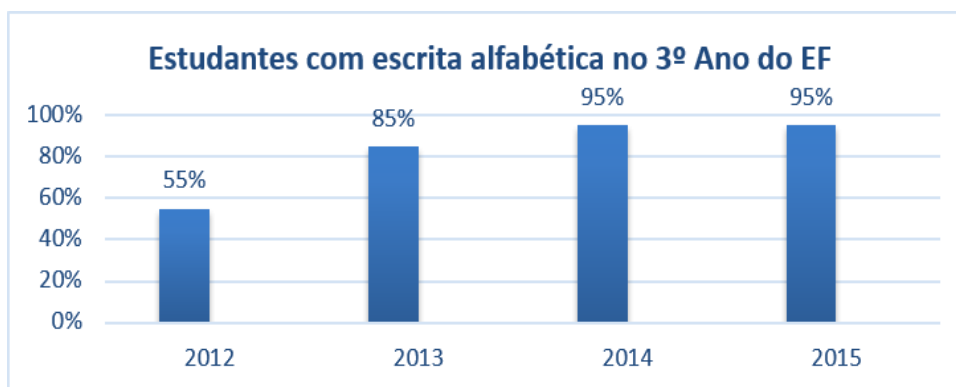
MUNICÍPIO	ESCOLA	EF ANOS INICIAIS					
		2005	2007	2009	2011	2013	2015
Cabo de Santo Agostinho Escolas Piloto	Madre Iva Bezerra de Araújo	2,7	2,9	2,7	3,1	2,5	3,9
	Prof. ^a Celma Barros Cabral	2,5	1,8	2,6	-	4,5	5,4
	Ver. João Ciríaco da Silva	3,1	2,7	3,4	-	4,1	4,3
	Maria Madalena Tabosa Lopes	-	-	-	-	-	4,7
	José Clarindo Gomes	-	-	3,1	-	3,6	4,2
	Prof. ^a Laura Rodrigues da Costa	1,8	1,9	-	-	-	-
	Joaquim Nabuco	--	-	3,2	-	3,8	4,1
Cabo de Santo Agostinho Escolas Convidadas	Ver. Edvaldo Martins	3.0	3.1	3.8	4.2	4.7	5.5
	Carmencita Ramos Cavalcanti	3.7	3.8	4.8	-	3.6	5.4
	Sen. Paulo Guerra	2.8	3.1	3.4	3.8	4.6	5.3
	Aristheu Figueiredo	3.3	3.5	4.0	3.1	4.1	4.8

Fonte: MEC/INEP

Observa-se na tabela que as escolas participantes obtiveram resultados significativos ao longo do desenvolvimento do Programa, com aumento do IDEB. Quanto as escolas Professora Laura Rodrigues da Costa e Maria Madalena Tabosa Lopes, os resultados não são frequentes por essas escolas terem turmas multisseriadas, logo, no 5º ano não havia o quantitativo mínimo de estudantes para realização da Prova Brasil.

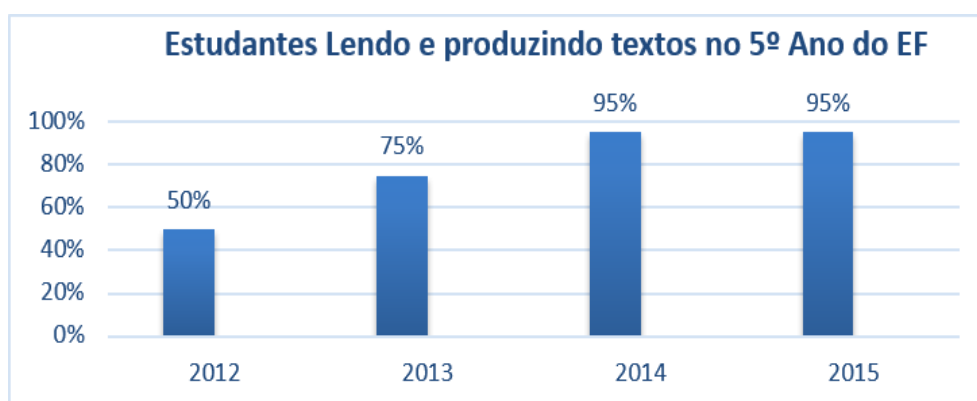
Ao analisar, também, os resultados das Diagnoses Institucionais realizadas, foram observados resultados de avanços em relação à Apropriação do Sistema de Escrita, Leitura e Produção de Texto ao fim de cada ciclo.

Na tabela, a seguir, observa-se a porcentagem de estudantes do 3º ano com escrita alfabética nas escolas atendidas pelo Programa, por ano de atuação:



Na próxima tabela, observa-se a porcentagem dos estudantes de 5º ano lendo e produzindo textos, das

escolas atendidas pelo programa, por ano de atuação:



A condução das práticas escolares observadas nessas escolas, a partir da divulgação dos resultados das avaliações, foi voltada às dificuldades

apresentadas e, assim, os professores foram capazes de promover a melhoria da aprendizagem dos estudantes.



5. FUNÇÕES PROFISSIONAIS: APRENDIZAGENS NO PROGRAMA VIA ESCOLA

5.1 Dirigente escolar

A função de dirigente escolar demanda uma visão ampla dos contextos administrativo, financeiro, pedagógico e integração escola/comunidade, os quais permeiam o ambiente escolar diariamente. No entanto, diante das diversas tarefas da gestão escolar, o envolvimento do

dirigente nas ações pedagógicas é limitado, ficando sob a responsabilidade maior da supervisão escolar e dos professores. Nesse sentido, o papel do dirigente escolar carece de uma reflexão com foco na gestão

pedagógica, e é nesse cenário que o Programa Via Escola se apresenta pautado num olhar voltado ao pedagógico, quebrando conceitos e paradigmas da visão focada apenas na gestão administrativa e financeira.

A formação continuada favoreceu ao dirigente escolar uma maior reflexão quanto as metodologias e práticas pedagógicas vivenciadas nas escolas, ampliou os conhecimentos dos participantes e viabilizou novas práticas educativas.

O Programa Via Escola proporcionou nos encontros formativos atribuídos a dupla gestora (dirigentes escolar e supervisor pedagógico) a compreensão do porquê e o como se estabelecer metas a partir da diagnose inicial realizada na rede de ensino, visando a melhoria do aprendizado,

tanto do professor quanto dos estudantes. Por meio das formações e das diagnoses foi potencializado o conhecimento da gestão da aprendizagem, com ênfase num planejamento focado na melhoria dos resultados e pautado em uma educação de qualidade.

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências e rotinas como no desenvolvimento de capacidades de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75).

Ao longo do desenvolvimento do Programa, a formação continuada favoreceu ao dirigente escolar uma maior reflexão quanto as metodologias e práticas pedagógicas vivenciadas nas escolas, ampliou os conhecimentos dos participantes e viabilizou novas práticas educativas.

5.2 Supervisor Pedagógico

Com o objetivo de avaliar as propostas para o plano de formação dos supervisores pedagógicos escolares, tendo em vista as necessidades apontadas na análise de documentos e na perspectiva da escrita de um projeto de transição das políticas de formação continuada no município, o Programa Via Escola veio resgatar a importância do papel do supervisor escolar nessa rede colaborativa, garantindo formação aos professores em seu ambiente escolar, proporcionando uma melhor prática e condição de trabalho

As escolas foram incentivadas a vivenciar ações pedagógicas como leitura deleite e sessão simultânea de leitura, bem como criar a biblioteca de classe e cantinho de leitura na sala de aula, com foco no desenvolvimento da competência leitora dos estudantes e na participação da comunidade escolar.

na sala de aula.

A escola passou então a ser um espaço de aperfeiçoamento profissional, organizada e dinamizada por um projeto próprio, orientador das ações e fortalecedor do trabalho colaborativo entre os professores, supervisores e dirigentes escolares. A comunidade escolar aprendeu a se qualificar permanentemente por meio da reflexão teórica sobre suas ações e atribuições.

O educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997) disse que

“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.69). Esse pensamento retrata o que passou a ser a formação em serviço dos professores da rede municipal de ensino, contando com um grupo com atitudes colaborativas, com o supervisor pedagógico escolar assumindo sua real função profissional.

Entretanto muitos educadores encontram-se atribulados com as demandas da escola, sendo necessário um esforço maior para que os problemas administrativos não suplantem o pedagógico da escola. Dentro desse contexto, o supervisor pedagógico assume um papel preponderante. Afinal é ele quem está ao lado do professor e tem condições

para concretizar as políticas de formação permanente, deixando de ser o fiscal das práticas educativas e o gerente responsável pelas atividades administrativas, e passando a assumir sua real função profissional, colocando-se como corresponsável pela sala de aula, pelo trabalho realizado pelo professor e pela qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Integrado ao trabalho colaborativo que desenvolve junto ao professor, o supervisor pedagógico escolar tem como principal função realizar a formação em serviço dos professores buscando articulações com o Projeto Político Pedagógico (PPP), reconhecendo, assim, que seu papel precípua é de ser formador e se organizar para não se deixar engolir pelas demandas do cotidiano escolar.



5.3 Equipe Técnica

O papel da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME), numa primeira visão é contribuir com o trabalho pedagógico junto às escolas da rede de ensino,

favorecendo a construção de uma educação de qualidade e paritária, bem como proporcionar a integração das escolas. No entanto, esse trabalho pedagógico carece de estruturação, por

parte da equipe técnica, a partir do entendimento da função de cada profissional que compõe a gestão educativa.

Nesse sentido, o Programa Via Escola proporcionou a equipe técnica uma visão de concepção de escola para melhor atender o contexto da rede de ensino, apontando caminhos no processo pedagógico que potencializa a ação da SME diante da demanda existente. Entre os caminhos propostos está o centro do trabalho pedagógico – a aprendizagem, que desencadeia a construção de redes colaborativas em que permeia o

envolvimento de todos os sujeitos e o desenvolvimento de ações interligadas, visando a melhoria na qualidade da educação ofertada.

O Programa Via Escola proporcionou a equipe técnica uma visão de concepção de escola para melhor atender o contexto da rede de ensino, apontando caminhos no processo pedagógico que potencializa a ação da SME diante da demanda existente.

As ações de formação continuada e mobilização social, desenvolvidas no Programa Via Escola, no período de 2012 a 2016, proporcionaram a equipe técnica aprendizagens

voltadas para o papel do profissional técnico pedagógico no contexto da gestão de aprendizagens, gestão de resultados e gestão participativa, favorecendo conhecimento e estratégias a serem disseminados no âmbito municipal, tais como realização de seminários didáticos e avaliativos, análise e publicação de resultados, apoio e acompanhamento às escolas, fóruns escolares, elaboração de dispositivos de formação com estratégias de dupla conceitualização e tematização da prática, elaboração de pautas formativas e, por fim, a

compreensão da importância da rotina da equipe técnica.

6. MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: PROJETO MOBILIZA

O Projeto Mobiliza pela Educação é uma mobilização de rede que articula o município na perspectiva de resolução de problemas e de busca de alternativas, visando a implantação de política pública. Tem como objetivo mobilizar a sociedade e instaurar um movimento em prol da qualidade na educação pública.

Nos anos de eleição municipal, o Projeto Mobiliza pela Educação promove a Campanha pela Qualidade da Educação. E nos anos posteriores, o trabalho de mobilização continua. Envolve a participação de Secretários de Educação, Equipe Técnica da Secretaria de Educação, Supervisores Pedagógicos Escolares, Dirigentes Escolares, Professores, Pais, Estudantes, Conselhos, Sindicatos da categoria e Comunidade.

Esse grupo de pessoas realiza encontros para debater sobre as necessidades da educação local e organizar grupos representativos para os fóruns de educação, realizados a cada ano. Os candidatos às eleições são convidados a participar dos fóruns como cidadãos e contribuir na construção coletiva das propostas que culminam numa carta de compromissos, com todas as propostas aprovadas, que serão assinadas por todos os candidatos presentes num ato de mobilização na Rede de Ensino, denominado DIA E – Dia pela Educação.

6.1 Projeto Mobiliza no Cabo de Santo Agostinho

O Projeto Mobiliza surge a partir dos Mini fóruns, que fomentam as

redes colaborativas por meio da participação social, visando esforços

conjuntos em prol da qualidade da educação. Em Cabo de Santo Agostinho, no ano de 2012, foram realizados os primeiros mini fóruns nas escolas do grupo piloto com a finalidade de discutir coletivamente com professores, supervisores pedagógicos escolares, dirigentes escolares, pais e comunidade propostas para melhoria da qualidade da educação. Em seguida foi realizado o 1º Fórum de Educação visando a análise e sistematização das ações propostas nos Mini Fóruns, organizadas a partir de cinco dimensões:

1. Gestão Educacional;
2. Formação dos Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar;
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação;
4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos;
5. Alimentação Escolar.

Em 2014, foi realizada a revisão do documento¹ **“Propostas para a melhoria da qualidade da educação**

elaboradas no I Fórum de Educação”, considerando as proposições das escolas, que com a participação da comunidade realizaram a revisão do documento no âmbito escolar. Em seguida foram realizados outros Mini Fóruns nas escolas para apresentação do documento revisado a ser apresentado no II Fórum de Educação para aprovação das propostas de acordo com cada dimensão.

Em 2015 foi realizada uma audiência pública para constituição da comissão com representantes de todos os segmentos denominada CAAFE (Comissão de Avaliação das Ações dos Fóruns de Educação). Essa Comissão teve o papel de mobilizar e de monitorar as ações, podendo propor estratégias para realização das mesmas.

Como ação principal, a CAAFE promoveu a Campanha pela Qualidade da Educação, no ano de eleição municipal (2016) e nos quatro anos seguintes realiza o trabalho de monitoramento das ações propostas, reuniões tratando da construção da Carta Compromisso a partir do documento com as propostas para melhoria da educação, bem como a

¹ Consultar anexos.

organização do Dia E – Dia de Mobilização pela Educação.

O Dia E aconteceu em setembro de 2016, um momento em que toda a comunidade escolar foi convocada para participar de um grande ato em prol da educação. Houve a apresentação da Carta Compromisso² aos candidatos aos cargos do poder legislativo e executivo, presentes no ato, os quais no final do evento a assinaram comprometendo-se com uma educação de qualidade para todos os municípios.



² Consultar anexos.

7. FORMAÇÃO CONTINUADA

Quando o Programa Via Escola surgiu, na Rede Municipal do Cabo de Santo Agostinho, já havia uma sistemática de formação continuada para professores e supervisores

pedagógicos realizada por uma equipe de formadores que compõe o Setor de Formação da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, a proposta de formação apresentada pelo Programa destacava-se pela ação de cadeia distributiva da formação, em quatro questões principais: a potencialização da prática pedagógica da equipe técnica; a qualificação da gestão das aprendizagens envolvendo dirigente escolar, supervisor pedagógico escolar e professor; ações pedagógicas

Embora o Programa Via Escola tenha trabalhado com escolas piloto, a sistemática de Formação Continuada foi aplicada em toda a Rede de Ensino enquanto nova prática de gestão de formação.

colaborativas entre redes de ensino e fomento à realização de seminários didáticos e avaliativos na dimensão municipal e intermunicipal.

Assim, o Programa contribuiu

significativamente para o fortalecimento e consolidação da política municipal de formação continuada voltada para a gestão das aprendizagens. É importante destacar que embora o Programa Via Escola tenha trabalhado com escolas piloto, a sistemática de Formação Continuada foi aplicada em toda a Rede de Ensino enquanto nova prática de gestão de formação.

7.1 Atores do processo: professores, supervisores pedagógicos escolares, dirigentes escolares e equipe técnica

Quando pensamos em educação, pensamos no sentido amplo da palavra, que engloba o ensinar e o

aprender e que envolve seres humanos a educar. Para que aconteça o ensino-aprendizagem é necessário

um esforço conjunto de professores, supervisores, gestores e equipe técnica, todos trabalhando em conjunto com a formação continuada para professores e supervisores, primando pela qualidade do ensino-aprendizagem da rede municipal.

É fato que o trabalho em equipe bem realizado leva a escola a bons resultados, e quanto mais estreito for o relacionamento da equipe técnica com as escolas melhor será a aprendizagem. Tornamo-nos, assim, parceiros do Projeto Via Escola, visando atender melhor às necessidades e aumentar os índices de desempenho dos educandos da rede municipal de ensino. Projeto esse que atua com territórios colaborativos abrangendo mais de um município e que envolve todos os profissionais do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, que vai do professor à equipe técnica, com formações e estudos específicos, ampliando assim a visão de aprendizagens, sistematização de conhecimentos e a mobilização de todos, começando nas famílias até os políticos.

Para que uma escola tenha uma educação de qualidade e que os educandos tenham bons

desempenhos nas aprendizagens, é necessário compreender que essa tarefa complexa não depende exclusivamente do professor, mas também daqueles que gerem o ensino-aprendizagem no ambiente escolar, dirigentes escolares e supervisores, os quais precisam caminhar juntos nesse fazer pedagógico. Nesse contexto, o Programa Via Escola veio ampliar os conhecimentos, trazendo formações específicas para as duplas gestoras, incentivando reuniões semanais nas escolas para estabelecer o cronograma e rotina de trabalho conjunto no intuito de colocar em prática o Projeto Político Pedagógico (PPP), compartilhar resultados, trocar experiências e expor e discutir os problemas.

Sabendo que cada um tem funções específicas, o dirigente escolar é aquele que gerencia e articula toda escola em função de uma meta, a aprendizagem dos estudantes; o supervisor pedagógico é o especialista que atua junto ao professor e ao dirigente escolar, para gerir as aprendizagens, formando assim uma relação integrada, colaborativa nas ações, com planejamento, metas estabelecidas, manutenção de recursos e avaliação,

transformando assim a escola em um espaço de múltiplas aprendizagens.

Com todos os esforços voltados para a escola, passou-se a organizar melhor e ter um novo olhar para as reuniões de conselho de classe, que passou de um espaço informativo para um espaço formativo, sendo planejado para que os professores tenham um novo olhar diante do desempenho da sua turma e da sua própria prática, contando com a participação de todos – dirigente escolar, supervisor pedagógico e professores - na tarefa de compreender as relações que os alunos desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam o mesmo, entendendo como as questões sociais, afetivas e cognitivas

afetam em seu desempenho. Para tanto, é fundamental as discussões, reflexões e a socialização das práticas exitosas, considerando que na maioria das vezes é necessário a mudança nas estratégias de ensino para que os bons resultados apareçam.

Observa-se que as formações são relevantes para a elevação do desempenho da escola, vale salientar que o trabalho é todo pautado nos cronogramas e rotinas, rotinas essas planejadas e elaboradas com os atores responsáveis pela educação, avaliando e reelaborando as mesmas, favorecendo o fazer escolar nas várias áreas do ensino e, principalmente, na formação de leitores e escritores de texto competentes.

7.2 Supervisor pedagógico: resgate do papel de formador

O Programa Via Escola nos trouxe um enriquecimento com sua vasta contribuição para melhoria das nossas práticas educacionais, sobretudo para o nosso profissional, nos oportunizando pensar e repensar nossa prática, nos dando suporte para a proposta apresentada nas formações em serviço, um desafio que nos levou

a quebra de alguns paradigmas conceituais de formação

As estratégias formativas são os caminhos que os coordenadores pedagógicos [Supervisores] percorrem para realizar a formação dos professores. Dependendo de como esse processo é conduzido, a escola se transformará em um espaço de aprendizagem para todos os seus atores..., especialmente para os docentes e os alunos (MONTEIRO et al, 2012, p.73).

Sempre tivemos boas formações oferecidas pela rede municipal de ensino, porém a forma como foi realizado o trabalho do Via Escola fez a diferença. Trouxe efetivamente mudanças a nossa compreensão do fazer pedagógico, envolvendo todos que fazem a educação dentro e fora da escola. A partir dessa proposta, o supervisor pedagógico passou a contribuir diretamente com o professor na instrumentalização para que ele pudesse atuar em sala de aula, ensinando aos estudantes com cada vez mais qualidade.

No primeiro encontro com as formadoras do programa houve um convite para os supervisores pedagógicos escolares trabalharem na formação dos professores, para tanto foi necessário aprimorar os conteúdos sobre: ler/estudar para formar; trabalhar para professores aprenderem a estudar; avaliar e acompanhar os professores para ajudá-los a qualificar o seu trabalho; acompanhar a aprendizagem dos estudantes.

O trabalho com a leitura e escrita foi sistematizado, a partir da sensibilização, observação, em que todos tomaram conhecimento do que estava acontecendo na rede municipal sobre os conhecimentos de cada estudante em relação a leitura e escrita. Ampliou-se os conhecimentos acerca das concepções de alfabetização e da rotina de ensino para alfabetizar.

Foi notório que muitas são as atribuições que o supervisor escolar deve desempenhar para qualificar o trabalho pedagógico que desenvolve dentro da escola, haja vista que algumas características do supervisor formador é saber como propor e criar um ambiente desafiador, questionando constantemente, favorecendo o processo de construção de conhecimento.

Para Imbernóm (2010, p. 85),

[...] a formação centrada na escola envolve estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas.

Desta forma, os supervisores escolares passaram a exercer sua função de forma mais direcionada pois passaram a se ver como atores reais dentro do processo de formação dos professores, deste modo ganharam muito com a inovação dentro desse processo, em que aprenderam a conduzir, organizar e produzir material que estimule as práticas dentro de sua própria realidade, não deixando abertura para uma reflexão vaga ou em cima de suposições.

Conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional é fundamental para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Entendemos que se tornar professor, é um processo de longa duração, de

novas aprendizagens e sem um fim determinado (NÓVOA, 1992).

Verificou-se que na prática dos professores houve um melhor empenho na realização das atividades que eram direcionadas nestas formações, ficando claro que a proposta do Via Escola veio contribuir de forma satisfatória no desenvolvimento da prática do supervisor escolar, do professor e, conseqüentemente, no desempenho do estudante, por ter sido um trabalho realizado de forma sistemática, havendo facilidade na compreensão da proposta e na execução direta com o professor. Após este Programa houve um avanço na relação do professor com o supervisor escolar, pois os professores passaram a ter uma nova visão do papel do supervisor na escola.

7.3 Dupla gestora: trabalho colaborativo

O Via Escola destacou a importância de um planejamento com situações em que os professores não sejam colocados apenas para ler ou ouvir sobre uma teoria, mas também para atuar, dialogar com ela e questioná-la, clareando sua prática.

Em alguns pontos para discussão do referido estudo, constatou-se que a prática pedagógica se constrói pela contribuição de todos os atores sociais, cujo sujeito facilitador está na figura do supervisor escolar (coordenador pedagógico). E que o supervisor junto com o dirigente escolar (gestor) possui atribuições que

necessitam da gestão comum (dupla gestora). São exemplos dessas atribuições: chamar o professor para conversar sobre suas responsabilidades quando necessário, realizar reuniões com pauta pré-definida, dar limites e fazer valer as regras na unidade escolar, criar clima de parceria (clima colaborativo).

A Formação deixou o legado de reconhecer que é dever da dupla gestora saber como anda o trabalho pedagógico na escola, os investimentos institucionais na formação de leitores e qual a formação leitora dos professores. A educação é um processo contínuo e permanente que exige cada vez mais dos profissionais da educação um compromisso que atenda às exigências de uma sociedade que está evoluindo rapidamente em todos os setores.

7.4 Conteúdos de formação

2012

- Natureza do trabalho do supervisor pedagógico e do gestor.
- Rotina do supervisor pedagógico.

- Características dos níveis de escrita – psicogênese da língua escrita.
- Plano de Apoio Pedagógico e acompanhamento das práticas docentes.
- Indicadores de qualidade dos contextos de alfabetização.
- Atividades funcionais, como o trabalho com nomes próprios.
- Propósito leitor – leitura e interpretação oral.
- Projeto de sessão simultânea de leitura.
- Estratégias para acompanhamento ao estudante quanto aos níveis de escrita, com grupos produtivos.
- Análise de resultados de avaliações externas (SAEPE, SAEB) e de Avaliação Diagnóstica do Programa.
- Rotina diária e tematização da prática.
- Planos de ação da escola e da equipe técnica.
- Gestão de sala de aula.
- Política de formação continuada.
- Elaboração de Projeto de Leitura para 2013

2013

- Plano de formação continuada.

- Práticas pedagógicas para sala de aula.
- Retomada dos Planos de Ação (Escola e Equipe técnica).
- Prática de leitura de textos expositivos (Ciências, História e Geografia).
- Avaliação diagnósticas de leitura e produção textual.
- Plano de formação de supervisores pedagógicos.

2014

Equipe Técnica

- A importância da Diagnose (Gestão da aprendizagem).
- Formação leitora dos membros da equipe técnica (tertúlia literária).
- Plano de intervenção para as escolas com baixos resultados.
- Fomento ao apoio pedagógico para além das escolas piloto.
- Construção dos planos de formação (supervisores e professores).

Supervisores pedagógicos

- Formação leitora dos professores e estudantes.
- Rotina dos supervisores e professores.
- Plano de Apoio pedagógico (PAP).

- Acompanhamento à sala de aula (gestão da aprendizagem).

Dupla gestora

- Importância da diagnose e PAP (Gestão da aprendizagem).
- Projeto Institucional de Leitura.
- Plano de ação escolar e agenda (Gestão das ações institucionais).
- Espaços formativos (conselho de classe).

Professores do ciclo I

- Escrita do nome próprio, apropriação do sistema de escrita alfabético - SEA, Tematização da prática, produção de texto por si só e produção oral com destino escrito, leitura por si só de textos expositivos (ler para estudar) e ortografia.

Professores do ciclo II

- Produção e revisão textual, discursos direto e indireto, pontuação, estrutura linguística, aspectos gramaticais e produção de autoria.

2015

Equipe técnica (territorial)

- Biblioteca de classe com foco na leitura e escrita (manutenção e/ou implementação da biblioteca de classe).
- Funções profissionais.
- Tematização da prática.
- Escrita profissional.

Dupla gestora

- Biblioteca de classe com foco em leitura e escrita.
- Projeto Institucional de Leitura.
- Espaços formativos (conselho de classe).
- Monitoramento da aprendizagem (publicação dos resultados da diagnose).

Considerações:

- Os conteúdos trabalhados nas formações da equipe técnica foram incorporados nas formações em serviço realizadas na rede.
- Algumas ações solicitadas pelo programa foram estendidas para todas as escolas municipais:
 - Implementação e/ou qualificação das bibliotecas de classe;
 - Instituição da diagnose inicial e final para todas as turmas da rede;
 - Realização da formação em serviço;
 - Atuação do supervisor como formador nas escolas que atuam.

8. PROJETOS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

8.1 PAP - Plano de Apoio Pedagógico

Após os resultados das avaliações institucionais, observando as necessidades em melhorar os níveis de escrita dos estudantes do 1º ao 5º ano, foi criado o Plano de Apoio Pedagógico (PAP).

Por meio deste plano foram estabelecidas metas como: 100% dos estudantes recebendo apoio pedagógico adequado às necessidades educativas específicas; 100% dos professores planejando situações didáticas que atendam às

necessidades de aprendizagens dos estudantes.

Os estudantes eram avaliados mensalmente mediante diagnósticos de escrita, leitura e produção textual, fichas de acompanhamentos por parte dos professores, fichas de auto avaliação pelos estudantes e portfólios. A cada semana os docentes realizavam um relatório oral dos trabalhos nos espaços de planejamento, e mensalmente um relatório escrito.

O PAP foi e ainda é desenvolvido por meio de grupos de estudo sistemáticos organizados a partir dos níveis de escrita dos estudantes, tendo como apoio um tema específico com base nas práticas sociais de leitura e escrita. A proposta consiste em duas vezes por semana reagrupar os estudantes de modo que possam participar de situações didáticas adequadas às suas necessidades educativas.

8.2 PIL – Projeto Institucional de Leitura

Quando se fala em leitura, especialmente nas escolas brasileiras logo se percebe o grande índice de resistência, principalmente pelos educandos, por ser uma tarefa que

Em momentos da alfabetização inicial e no âmbito dessas situações, “as letras” não são o único conteúdo de ensino. O sistema de escrita — mesmo sendo um conteúdo central — funciona no contexto de práticas sociais de leitura e escrita, práticas que se exercem quando se lê e se escreve com distintos propósitos numa diversidade de gêneros discursivos. Trata-se de comunicar práticas culturais realizadas em um espaço intersubjetivo, formado historicamente, e no qual os leitores e escritores compartilham dispositivos, comportamentos, atitudes e significados culturais em torno do ato de ler e escrever (Chartier, 1999; Rockwell, 2001).

A partir da instituição do PAP, sobretudo nas escolas piloto, houve uma maior percepção sobre que o ensinar a ler e a escrever são tarefas intrínsecas da escola hoje e que entender o que se lê é uma necessidade para poder participar plenamente da vida social. Portanto cabe a escola criar condições favoráveis para que o estudante aprenda a ler atribuindo significado ao que está escrito.

exige dedicação, esforço, vontade e acima de tudo persistência na busca do conhecimento. Ressalta-se que ler não se restringe a decodificação de letras ou palavras, mas a apreensão

de seus significados, ou seja, é preciso apreender a mensagem transmitida pelo conjunto de palavras que formam frases e textos.

Escrever e ler são duas atividades do processo de alfabetização que devem ser conduzidas paralelamente. No entanto, costuma-se dar muito mais ênfase à escrita do que à leitura. Pode-se creditar isto ao fato de as escolas acreditarem que é mais fácil avaliar um aluno pelos seus acertos e erros de escrita, do que quando um aluno lê, principalmente em se tratando de leitura silenciosa.

No entanto, ler é uma atividade tão importante quanto a escrita, produção de textos. Além de ter um valor técnico para a alfabetização, a leitura é ainda uma fonte de prazer, de satisfação pessoal, de conquista, de realização, que serve de grande estímulo e motivação para que o aluno permaneça em sala de aula e dê continuidade a sua formação.

O processo tradicional de introdução do aluno à leitura é, através das famílias silábicas, o que pode acarretar problemas sérios para a formação do leitor. O reconhecimento das famílias silábicas, como o próprio reconhecimento das letras, faz parte

do processo de decifração que já deve ser considerada um estágio inicial de leitura. Por isso, nem sempre é importante que o aluno conheça todas as palavras do texto. Deixá-lo ler, refletindo sobre as estratégias de leitura e o conteúdo do texto, é fundamental.

O Projeto surgiu após incentivo do Programa Via Escola a partir da observação da postura dos estudantes, das escolas piloto, diante da leitura e escrita percebendo-se que eles tinham um enorme gosto por essa atividade. Os estudantes em questão pertencem a turmas do Ensino Fundamental I. Partindo desse contexto, resolveu-se trabalhar a leitura de forma significativa e prazerosa, articulando práticas sociais com sentido, e para tanto os professores realizaram diversas atividades.

O objetivo deste projeto foi de despertar a sensibilidade e o prazer pela leitura, levando o educando a refletir sobre seus atos, possibilitando a eles a participação em situações, como contar e recontar histórias, rodas de leituras, podendo também escrever e reescrever textos.

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso do que se faz deles nas práticas de ler e, também, um modo de produzir sentidos. A partir do Projeto Institucional de Leitura - PIL os estudantes foram estimulados espontaneamente a construir, modificar e relacionar ideias, interagindo com outros, com os livros, escritores e com o mundo.

Assim, este projeto despertou nos educandos o gosto pela leitura, interpretação de textos e pela escrita convencional. Cabendo ao professor, então, realizar-se no universo de cada um deles, respeitando seus interesses, despertando a criatividade, dando-lhes a mesma oportunidade de tentar novas experiências que resultem em aprendizado, através da fala ou da escrita para, assim, poder integrar-se no contexto social em que vivem.

Portanto, selecionando conteúdos e escolhendo metodologias coerentes foi possível envolver os estudantes e desenvolver as competências e habilidades que lhes permitiram realizar as atividades e, mais do que

isso, avançar nas competências leitoras e escritoras.

Entre as atividades do PIL destaca-se o uso da biblioteca de classe e as sessões simultâneas de leitura.

A **biblioteca de classe** foi montada de forma organizada e acolhedora em cada sala de aula, construindo assim condições que motivaram as crianças e oportunizaram a apropriação do conhecimento. Foram pautados horários de leitura, desenhos sobre as histórias lidas e ouvidas, dramatizações, adivinhações, interpretações de textos. Nesse processo investiu-se em práticas sociais de leitura e escrita.

Nas **sessões simultâneas de leituras** os professores analisavam o livro nas partes mais sensacionais; caracterizavam-se de acordo com cada história, por meio de teatros com fantoches, explosão de ideias, imitações de personagens, fazendo com que as crianças entrassem no mundo da história. De acordo com a agenda escolar os estudantes realizavam suas inscrições e escolhiam qual sessão de leitura de história e/ou histórias iriam participar independente da turma ou ano que

eles frequentavam (1º ao 5º), havendo assim um intercâmbio entre os estudantes.

Todo o trabalho foi desenvolvido por meio de dinâmicas e atividades pedagógicas com foco e intencionalidade. O Via Escola ampliou

nossos conhecimentos nos fazendo compreender que a prática de leitura apesar de ser uma tarefa difícil nos tempos atuais, é extremamente necessária para o ensino e aprendizagem do educando.

9. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

O acompanhamento pedagógico aos professores das escolas participantes do Programa Via Escola foi realizado por supervisores pedagógicos em conjunto com os respectivos tutores, membros da equipe técnica, com o suporte do formador do Programa.

Esse acompanhamento tinha como objetivo reforçar o processo formativo, observando na prática docente se os conteúdos, sequências e projetos propostos estavam atendendo a necessidades dos estudantes do Ciclo 1 (1º, 2º e 3º ano) e do Ciclo 2 (4º e 5º ano).

Dante deste apoio pedagógico, os professores que antes se constrangiam mediante a presença dos supervisores, tutores e formador

do ICEP, vendo-os como fiscais de seu trabalho, passaram a interagir trocando ideias e aceitando as propostas oferecidas. E assim perceberam que o olhar que se pressupunha fiscalizador agora havia se tornando totalmente pedagógico e parceiro.

Os resultados obtidos concernentes aos acompanhamentos pedagógicos, fruto das formações sistemáticas realizadas por toda gestão de ensino, eram socializados em seminários temáticos municipais e territoriais intermunicipais (Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes). Essa ação conjunta consolidava enquanto redes colaborativas as práticas educativas em prol da melhoria das aprendizagens dos estudantes.

10. AÇÕES REALIZADAS NO PROGRAMA VIA ESCOLA

ANO 2012

- Apresentação do programa à equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;
- 8 encontros de formação para cada grupo (equipe técnica, dirigentes escolares, supervisores pedagógicos e professores);
- Avaliação diagnóstica realizada pela Casa 7 para instituir o “marco 0”;
- Encontro territorial de equipes técnicas (Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes);
- 1º Seminário de Publicação de Resultados das escolas piloto;
- 1ª Conferência do programa Via Escola, com o palestrante Antônio Nóvoa;
- 1º Fórum de Educação do Projeto Mobiliza;
- 1º Seminário didático das escolas piloto;
- Acompanhamento pedagógico às escolas, pela equipe técnica, com foco na formação e observação de sala de aula.

ANO 2013

- 8 encontros de formação para cada grupo (equipe técnica, gestores,

supervisores pedagógicos e professores);

- Apresentação dos resultados da avaliação da Casa 7 para toda a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;
- Encontro territorial (Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes);
- Formação em serviço nas escolas do grupo piloto;
- 2ª Conferência do Programa Via Escola, intitulada: Las prácticas del lenguaje en la sala de aula: en busca de una perspectiva integrada. Ministrada por Mg. M. Claudia Molinari.
- 1º Seminário Intermunicipal com o tema **“Território Cooperativo de Educação: um compromisso de todos”** e dois subtemas - Gestão Municipal: os desafios da Política Pública Municipal de Formação Continuada e O papel da Equipe Técnica Municipal na Rede Colaborativa de Formação Continuada.

ANO 2014

- 10 encontros formativos locais para equipe técnica;

- 8 encontros territoriais das equipes técnicas de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes;
- 6 encontros com as duplas gestoras;
- 8 encontros com os supervisores pedagógicos;
- 4 encontros formativos com os professores dos ciclos I e II;
- Avaliação diagnóstica do ICEP nas escolas piloto;
- Avaliação do processo, realizada pela CASA 7 nas turmas de 3º e 5º, com pesquisa avaliativa com os grupos focais de professores, supervisores, dirigentes escolares, equipe técnica e entrevista com o secretário de educação;
- Acompanhamento pedagógico às escolas com foco na Rotina de sala de aula e Plano de Apoio Pedagógico (PAP);
- 2 Seminários Intermunicipais com o foco em gestão da aprendizagem.

“Gestão da Aprendizagem: Compromisso de Todos”.

ANO 2015

- 9 encontros territoriais das equipes técnicas de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes;
- 2 encontros com as duplas gestoras;

- Avaliação diagnóstica do ICEP nas turmas de 1º ao 5º ano das escolas piloto e em mais 9 escolas convidadas;
- Ações do Projeto Mobiliza: construção da CAAFE e realização de uma audiência pública;
- Criação do Comitê Gestor: Direcionamento Estratégico e Modelo de Gestão do Comitê construído e aprovado (Legitimação – 2015 / Legalização – 2016);
- Acompanhamento pedagógico com foco na qualificação da biblioteca de classe;
- 2 Seminários Intermunicipais com foco na avaliação das ações realizadas nas escolas. **“Por uma escola onde todos aprendam”**, teve como objetivo principal compartilhar experiências e percursos vividos quanto a gestão das aprendizagens, garantindo assim o direito de aprender aos estudantes.

ANO 2016

- 6 Reuniões do Comitê Gestor;
- 2 Formações Territoriais de Dupla Gestora (Dirigentes e Supervisores Pedagógicos);
- 4 Formações Territoriais das Equipes Técnicas de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes;
- 8 Formações da Equipe Técnica do Cabo de Santo Agostinho.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Via Escola é um programa que atuando nas dimensões institucional, escolar e sala de aula, desenvolveu a Formação Continuada e ações de Mobilização Política numa perspectiva de construção do pacto pela educação e da garantia da permanência dos estudantes na escola.

Nos encontros de formação foram abordados temas como: plano de formação continuada de professores e supervisores, práticas pedagógicas para sala de aula, plano de ação da escola e de equipe técnica, práticas de leitura, avaliação diagnóstica, monitoramento de resultados, entre

outros, potencializando o desenvolvimento de competências de leitura e escrita e contribuindo com a gestão da aprendizagem.

Para a Rede de Ensino, o Programa foi de suma importância para o entendimento de novas aprendizagens e concepção de práticas pedagógicas, bem como no fomento à rede colaborativa de educadores e de estratégias de gestão municipal e gestão escolar, favorecendo a implantação de políticas públicas para a educação municipal.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**. México: Fundo de Cultura Económica, 1999.

FRANCO, M. L. P. **Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional**. In: SOUSA, Clarilza Prado de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. 2ª Ed. São Paulo: Papirus, 1993. p. 13-26.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MONTEIRO, Elisabete, et al. **Coordenador pedagógico: função, rotina e prática**. Coleção Educar em Rede. Palmeiras: Icep, 2014.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. Portugal: Porto, 1992.

ROCKWELL, E. **La lectura como práctica cultural: conceptos en el estudio de los libros escolares**. Educação e Pesquisa, v. 27, n. 1, p. 11-26, 2001.



ANEXOS:

1. Propostas para a melhoria da qualidade da educação elaboradas no I Fórum de Educação

Dimensão 1: Gestão Educacional

- Acompanhamento das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, pela Escola e Secretaria Municipal de Educação;
- Fortalecimento da atuação do Conselho Escolar, através da formação permanente de seus membros, realizada pelos Gestores Escolares e com apoio da Equipe Técnica Municipal;
- Regulamentação da função do Supervisor Pedagógico, assegurando condições de trabalho, remuneração adequadas e unificação da carga horária para 200 horas mensais;
- Ampliação do quadro de Supervisores Pedagógicos, com licenciatura em pedagogia ou especialização em psicopedagogia e/ou coordenação pedagógica, com carga horária de 200h mensais, através de seleção interna;
- Incorporação progressiva de seleção de Supervisores Pedagógicos através de concurso público, ao longo da gestão municipal;
- Lotação de Supervisores Pedagógicos por escola, respeitando critérios pré-estabelecidos que considerem o número de turnos e turmas;
- Melhoria da relação família/escola, objetivando a maior participação das famílias na vida escolar dos estudantes;
- Instituição no calendário da Rede do Dia da Família na escola;
- Continuidade do processo eleitoral na escolha dos dirigentes escolares;
- Zelo pelo cumprimento dos 200 dias letivos e/ou 800h anuais;

- Garantia da distribuição dos vales transportes, até o último dia útil do mês anterior;
- Fortalecimento da interação com a Secretaria de Saúde para atendimento às necessidades dos estudantes nas especialidades: fonoaudiologia, psicologia, oftalmologia, odontologia, otorrinolaringologia, neurologia e psiquiatria;
- Instituição do cargo de psicólogo e psicopedagogo para compor o quadro de profissionais da educação;
- Garantia de adesão a um plano de saúde empresarial para os funcionários ativos e inativos do município;
- Implementação de ações preventivas para minimizar as questões referentes à indisciplina escolar;
- Fortalecimento do processo de qualificação das práticas educativas para a redução da indisciplina escolar;
- Promoção de espaço formativo que oportunize maior integração entre o Gestor Escolar e o Supervisor Pedagógico, em prol da gestão da aprendizagem dos estudantes;
- Garantia de professor de atendimento especial para as turmas de alunos com deficiência, de acordo com a Resolução Municipal nº 001/2012;
- Garantia de assinatura de jornal e revista pedagógica para o professor, respeitando as áreas específicas, e para a escola;
- Implementação de política de valorização do magistério com foco em cargos e salários, inclusive com a realização de concurso público;
- Garantia de participação mais efetiva dos profissionais da educação nas decisões sobre a aplicação dos recursos financeiros, a exemplo dos 40% do FUNDEB;
- Garantia da estrutura física e de logística para os encontros de formação, inclusive a viabilização de transporte e alimentação dos profissionais da equipe técnica;
- Zelo pelo cumprimento da lei 597/2007, referente à quantidade de estudantes por turmas/sala de aula;

- Ampliação e qualificação da comunicação nos âmbitos educacionais: secretaria, escola, comunidade, para fortalecer as relações internas e externas;
- Realização de parcerias com instituições de ensino superior para viabilizar um quadro de estagiários, compostos por estudantes bolsistas, visando o desenvolvimento de atividades pedagógicas na rede municipal de ensino.

Dimensão 2: Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar

- Garantia de tempo e espaços formativos no âmbito escolar para todos os profissionais da escola;
- Instituição do tempo e espaços formativos no calendário da Rede;
- Garantia de tempo e espaços formativos, sistemáticos, para Diretores Escolares, Supervisores Pedagógicos e

Secretário Escolar, realizados pela Equipe Técnica;

- Acompanhamento pedagógico, sistemático às escolas, realizado pela Equipe Técnica;
- Garantia, no calendário da Rede, dos encontros formativos para o professor em seu horário de trabalho;
- Garantia de encontros interativos e formativos que tratem das adaptações pedagógicas para o aluno com deficiência, entre professores regentes, de apoio (de acordo com a especificidade da deficiência do aluno) e de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Garantia de encontros formativos pela Secretaria de Educação, para instrumentalizar os professores no uso das ferramentas tecnológicas disponíveis na escola;
- Incentivo e apoio à participação dos educadores da rede municipal em congressos, seminários, fóruns, palestras e afins;
- Garantia de encontros formativos para Equipe Técnica da Secretaria Municipal de

Educação com o propósito de qualificar as ações inerentes à gestão municipal de educação.

Dimensão 3: Práticas Pedagógicas e Avaliação

- Qualificação da prática pedagógica quanto ao uso dos recursos pedagógicos existentes nas escolas;
- Construção da Proposta Curricular da Rede;
- Qualificação das práticas pedagógicas de Leitura e Produção de Texto a partir do planejamento e execução de atividades permanentes, sequências didáticas e projetos didáticos que assumam os comportamentos leitores e escritores como conteúdos centrais;
- Garantia da alfabetização dos alunos ao final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental com a execução de planejamentos que articulem práticas de leitura e produção textual à reflexão sobre o sistema de escrita;
- Implementação, em todas as escolas, de política interna de monitoramento das

aprendizagens dos estudantes objetivando o redirecionamento dos Planos de Ensino;

- Elaboração pela equipe técnica e supervisores pedagógicos, de documento norteador do processo avaliativo do ensino-aprendizagem;
- (Re) estruturação do Conselho de Classe, enquanto espaço formativo, com foco na avaliação do processo de ensino e de aprendizagem;
- Publicação de resultados, análises e estudos dos indicadores da aprendizagem referentes às avaliações institucionais;
- Elaboração e execução de Plano de Apoio Pedagógico para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Dimensão 4: Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos

- Aquisição, conservação e utilização de materiais pedagógicos que atendam aos diferentes componentes curriculares e as diferentes faixas etárias;

- Ampliação e/ou construção das escolas para atender a demanda da comunidade, evitando a utilização de espaços inadequados como sala de aula e de anexos;
- Adequação dos ambientes da edificação tornando-os acessíveis para uso de pessoas com deficiência, criação e sinalização de rotas acessíveis ligando os ambientes de uso pedagógico, administrativo, recreativo, esportivo e de alimentação, sempre considerando as orientações da NBR 9050;
- Manutenção e conservação da estrutura física, dos mobiliários e equipamentos das escolas;
- Garantia do funcionamento do laboratório de informática, equipamentos tecnológicos com acesso à internet para alunos e professores nas unidades escolares;
- Manutenção e conservação do ambiente escolar no que diz respeito à utilização, ordenação, organização, limpeza e disciplina;
- Ampliação do quadro de pessoal: auxiliares para o setor administrativo, coordenador de turno, bibliotecário, técnico em informática, vigia e porteiro;
- Construção de quadra poliesportiva e laboratório de informática;
- Salas de recursos com equipamentos diversos para uso do professor;
- Construção de creches e Centros de Educação Infantil visando a garantia do atendimento em ambientes adequados e acessíveis às crianças de 0 a 5 anos de idade de acordo com instruções do MEC;
- Participação das coordenações na escolha e aprovação de aluguel de prédios para o funcionamento de anexos, quando necessário.

Dimensão 5: Alimentação escolar

- Melhoria do cardápio da merenda escolar visando a promoção da saúde;
- Merenda escolar, diariamente, suprimindo as necessidades calórico-proteicas de no mínimo 350 calorias e 9 gramas de proteínas por aluno;

- Adequação dos espaços das escolas destinados a cocção dos alimentos, de acordo com o número de preparação;
- Garantia da qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- Formação semestral para os manipuladores de alimentos;
- Palestras sistemáticas nas escolas focadas em formação de hábitos alimentares;
- Oferta mensal de cardápio de merenda escolar para fixação no espaço de alimentação escolar;
- Garantia de cardápio de merenda escolar que atenda adequadamente às necessidades das diferentes faixas etárias e nos casos especiais visando a aquisição de hábito saudável e a diminuição da obesidade infantil.



2. Carta Compromisso

MOBILIZA PELA EDUCAÇÃO REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

CARTA COMPROMISSO GARANTIA DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Eu, _____,

comprometo-me com as ações abaixo listadas, pleito da Mobilização pela Educação, constantes do Plano Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho (Lei nº 3055/2015) e do documento “Propostas para a melhoria da qualidade da educação” oriundo do I Fórum de Educação do Projeto Mobiliza, realizado em 2014.

- Construção de Centros de Educação Infantil que atenda a 14% da população infantil de 4 e 5 anos, hoje fora da escola, e Creches que atenda a 15% da população infantil de 0 a 3 anos, considerando as demandas por localidade;
- Adequação em 100% das creches com sala para repouso; fraldário; lactário; solário e parque infantil e, das salas de multiuso e parque infantil dos Centros de Educação Infantil e de escolas que atendam a essa etapa de ensino;
- Aquisição de materiais e equipamentos que atendam as especificidades das etapas e modalidades de ensino;
- Sustentabilidade de Programas e Projetos realizados em parcerias com instâncias, governamentais ou não, que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, a exemplo do *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC*;
- Construção de, no mínimo, duas escolas de ensino fundamental adequadas e em conformidade com as exigências das leis de acessibilidade;
- Reforma de, no mínimo, 50% das escolas visando adequação e acessibilidade dos espaços para o desenvolvimento das atividades pedagógicas diversas;

- Transporte escolar ou cartão eletrônico bem fácil estudantil, considerando as leis vigentes do direito ao serviço, para atender 100% dos estudantes que necessitam, inclusive pais/responsáveis pela condução à escola do estudante menor de 6 anos e do estudante deficiente;
- Construção da Proposta Curricular da rede municipal específica para cada etapa e modalidade da educação básica, nos 2 (dois) primeiros anos da gestão, viabilizando assessoria técnica e condições de trabalho da equipe responsável pela ação;
- Implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Rede, visando sucesso e permanência dos estudantes, erradicação da distorção idade-série e elevação do desempenho escolar;
- Localização de supervisores pedagógicos em 100% das Escolas, Centros de Educação Infantil e Creches da rede municipal, com carga horária equivalente a 200 horas aulas mensais, por meio de seleção interna, visando a melhoria do acompanhamento à prática pedagógica e à formação em serviço dos professores;
- Valorização do magistério, promovendo a elevação salarial, atualização do Plano de Cargos e Carreiras, formação continuada de rede, cursos de pós-graduação (Lato sensu e Stricto sensu) e participação em congressos e seminários educacionais;
- Efetivação da gestão democrática assegurando: o processo de seleção e eleição para dirigentes/coordenadores escolares, a garantia de recursos para efetivação da autonomia financeira das escolas, o fortalecimento dos conselhos escolares e grêmios estudantis e o desenvolvimento de ações que favoreça a relação família/escola;
- Viabilização da intersetorialidade entre as diversas Secretarias que compõem a gestão municipal para atendimento das necessidades da comunidade escolar no que concerne a segurança, saúde, assistência social, lazer, cultura e esporte;
- Melhoria na qualidade da alimentação escolar adequada às necessidades nutricionais dos estudantes, conforme sua faixa etária e seu estado de saúde,

respeitando etapas e modalidades de ensino, com vistas à promoção da saúde e da reeducação alimentar;

- Garantia ao atendimento às especificidades educacionais da população do campo e da comunidade remanescente quilombola do município, enquanto modalidades de ensino conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB (2013);
- Implementação de ações direcionadas a educação em tempo integral de forma a atender, no mínimo, 8% dos estudantes da Rede Municipal.

Sem mais, subscrevo-me.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de agosto de 2016.

Iniciativa:

Projeto Mobiliza pela Educação na Rede Municipal de Ensino do Cabo de Santo Agostinho: Pais/Responsáveis, Estudantes, Professores, Dirigentes Escolares, Coordenadores Escolares, Supervisores Pedagógicos, Técnicos Educacionais, Sindicato dos Professores, Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar.

Apoio:

Programa Via Escola – Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP)

Programa Primeiro a Infância – Instituto C&A e Instituto Arcor Brasil







Prefeitura do
**JABOATÃO
DOS GUARARAPES**

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Premissas da Proposta de Formação Continuada



MARCELO FERREIRA

SUMÁRIO

1. <u>Via Escola – Um breve histórico</u>	55
2. <u>Diagnóstico institucional</u>	57
3. <u>Redefinições das funções profissionais</u>	62
4. <u>Tematização da prática</u>	66
5. <u>Dupla conceitualização: contributo para a formação permanente do professor</u>	67
6. <u>Plano de formação</u>	68
7. <u>A criança como centra da aprendizagem</u>	70
8. <u>Reconceitualização da concepção de alfabetização</u>	71
9. <u>O professor como mediador das aprendizagens</u>	72
10. <u>Estimular a autonomia – empoderar o estudante</u>	75
11. <u>Investir nas práticas sociais de leitura e escrita</u>	76
12. <u>Transposição didática</u>	79
13. <u>Análise e reflexão da prática docente</u>	81
<u>Referências</u>	85

1. VIA ESCOLA – UM BREVE HISTÓRICO

O programa Via Escola teve início em 2012 a partir de uma parceria entre a Concessionária Rota dos Coqueiros (CRC), Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep) e os municípios Jaboaão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, este último permaneceu no programa apenas no ano de 2012.

Entre 2012 e 2014 o Via Escola atuou, no município de Jaboaão dos Guararapes, em 5 escolas piloto (escolas que apresentavam o menor desempenho de aprendizagem dos estudantes na rede) e algumas escolas denominadas âncoras, escolas que ficavam na mesma região das escolas piloto e com resultados bem semelhantes. As escolas piloto eram: Barão de Muribeca, Belém de Judá, José Rodovalho, João Bosco de Sena e Maria de Lourdes Ramos.

Em 2015 - 2016 a atuação do programa se deu na dimensão territorial com a Equipe Técnica e Dupla Gestora (supervisores pedagógicos escolares e dirigentes escolares) das escolas piloto dos dois municípios participantes (Cabo de Santo Agostinho e Jaboaão dos Guararapes).

Missão do Via Escola:

Melhorar a aprendizagem de alunos e alunas da Educação Infantil e Ensino Fundamental a partir da formação continuada aliada à mobilização política em territórios colaborativos, da disseminação de conhecimentos e da participação no debate político da educação". Assim sendo, o Via Escola assumiu algumas linhas de ação, sendo elas:

- **Formação continuada de educadores:** com metas voltadas à leitura e produção de texto e à valorização de soluções e competências locais, estimulando os municípios a caminharem com autonomia e qualificarem o processo educativo.

- **Mobilização social e política:** envolvendo, de forma direta, prefeitos, vereadores, secretários de educação e comunidade local, que busquem assegurar a continuidade das boas políticas educacionais.

- **Produção do conhecimento:** disseminação das produções realizadas, nas linhas anteriores, por meio de publicações que sistematizem o conhecimento construído nas diversas esferas, compreendendo, por exemplo, a exposição oral em seminários e conferências também como produção de conhecimento



2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Para estabelecer metas adequadas ao trabalho se fez necessário construir o *estado da arte* do processo educativo no município de Jabotão dos Guararapes. Para tal, apresentar/construir, com os grupos de educadores do município, os pilares do Programa Via Escola, tornou-se a primeira meta do ciclo formativo inicial de 2012. Isso através de um processo reflexivo conjunto acerca dos caminhos e descaminhos da educação pública no que se refere à formação de leitores e escritores.

Desta forma os caminhos traçados focalizaram a problematização das práticas profissionais numa perspectiva pessoal e institucional, o que permitiu um levantamento dos conhecimentos prévios dos educadores no que se refere à gestão da sala de aula.

O dispositivo escolhido para estabelecer uma ponte entre o processo formativo e a sala de aula foi a realização de um diagnóstico institucional de leitura e produção textual por amostragem em turmas de 2º e 4º anos, sob corresponsabilidade de dirigentes escolares e supervisores

escolares, professores e equipes técnicas. Os resultados decorrentes da aplicação de tal instrumento nortearam o processo formativo do programa Via Escola.

Esse processo avaliativo foi previsto em três etapas:

- Diagnóstico inicial (realizado em junho de 2012).
- Avaliação de processo (realizada em junho de 2013).
- Avaliação de resultados (realizada em 2014).

A realização das avaliações de Língua Portuguesa, que definiu o *marco zero*, oportunizou ao educador em seu contexto de trabalho conhecer, de forma mais criteriosa, as aprendizagens dos estudantes, o que permitiu um traçado inicial do *estado da arte* das condições estruturais e pedagógicas das escolas piloto.

Do início do ano até junho de 2012 obtivemos os primeiros resultados. Em maio, no que se refere à sala de aula, levantamos os conteúdos de natureza política e pedagógica da alfabetização, e em junho, obtivemos avanços na

abordagem de conteúdos diretamente relacionados à didática da alfabetização e da leitura na

continuidade, com mais autonomia pelos estudantes.



O diagnóstico inicial e a coparceria com a equipe técnica local

No que se refere a coparceria da equipe técnica local com o Via Escola na realização da formação, estabeleceram-se as seguintes decisões:

- Atuação de duplas de profissionais da equipe técnica no acompanhamento de todas as formações com gestores escolares e professores, e assumiu-se como dispositivo o diário da formação, registro realizado pelo coordenador de ensino a cada encontro.

- Discussão com as equipes técnicas sobre os macroconteúdos da formação - dimensão escolar e dimensão da sala de aula - e apresentação das pautas do ciclo de formação.

- Alinhamento sobre a realização da avaliação diagnóstica institucional de leitura e produção de texto, com aprovação do instrumento.

- Frente às análises realizadas pelos coordenadores de ensino das práticas profissionais de formação de supervisores pedagógicos escolares, dirigentes escolares e professores nas escolas de Jaboatão dos Guararapes, propusemos a realização de Seminários sobre formação continuada e as funções profissionais da equipe técnica.

Criou-se, nesse processo diagnóstico, alguns indicadores de resultados do Programa Via Escola e das aprendizagens dos educadores. São eles:

Do Programa Via Escola

- Apresentar/construir com sucesso os pilares do Programa Via escola, com os grupos de educadores de Jaboatão dos Guararapes, por meio da reflexão sobre os caminhos e descaminhos da escola pública em favor da formação de leitores e escritores.

- Realizar a avaliação institucional de leitura e produção de texto, nos 2º e 4º anos do Ensino Fundamental por amostragem, em 100% das escolas beneficiadas pelo Programa.

- Tecer parcerias com a equipe técnica a partir da partilha, reflexão e avaliação das próprias práticas profissionais na gestão da educação municipal, fazendo aproximações entre

Das aprendizagens dos educadores

- Equipes técnicas refletindo sobre as próprias práticas profissionais como ponto de partida para identificar avanços e desafios no âmbito da gestão da educação municipal.

as identidades do Programa Via Escola e as do Projeto Pedagógico da rede.

- Realizar a Avaliação Marco Zero em regime de colaboração com professores, dirigentes escolares, supervisores pedagógicos escolares e equipes técnicas.

- Abordar em todos os grupos as funções profissionais e as rotinas de trabalho como conteúdos fundantes do currículo da formação do Via Escola, no marco da construção de escolas que educam.

- Equipes técnicas analisando as pautas de formação na coautoria do plano de formação Via Escola.

- Equipes técnicas acompanhando os encontros de formação de dirigentes escolares, supervisores e professores,

registrando a memória do trabalho e atuando como formadores apoiadores.

- Supervisores escolares iniciando o planejamento de Projetos Institucionais de leitura em parceria com o dirigente escolar.

- Dirigente escolar, supervisor e professores realizando a avaliação institucional de Língua Portuguesa como indutor curricular.

- Professores problematizando as práticas usuais de formação de leitores na escola e apresentando disponibilidade para rever as próprias práticas.

- Professores planejando e realizando aulas de leitura, a partir de propósitos didáticos e comunicativos.

- Professores ampliando os conhecimentos sobre a psicogênese da língua escrita e elaborando questões relativas ao conhecimento didático: sobre como ensinar realizando intervenções diferenciadas.

Postos as metas e os indicadores de resultados, estabeleceu-se os desafios a serem superados para alcançar o que se desejava.

- Incluir os docentes do 1º ano na formação Via Escola, no segundo semestre.

- Garantir a presença do supervisor das escolas piloto na formação continuada de professores do programa Via Escola.

- Fortalecer o Projeto educativo da rede municipal no que tange à ampliação da autoria das escolas na gestão do Projeto Político-Pedagógico - PPP, por meio de ações mais integradas e sistêmicas, comprometidas com a aprendizagem dos estudantes.

- Favorecer a realização de um Plano de Ação da equipe técnica no qual os programas externos sejam ações complementares, ancorados por um marco teórico-metodológico comum, e integrados em dispositivos de formação alinhados com o Projeto Pedagógico da rede.

- Qualificar a formação continuada na dimensão escolar, com espaços, tempos e planos de formação definidos, sob a gestão do supervisor e do dirigente escolar.

- Apoiar a elaboração e realização de Planos de gestão da escola que viabilizem o trabalho colaborativo entre dirigentes escolares e supervisores, em prol do sucesso

escolar dos estudantes e avanço nas avaliações externas.

- Fortalecer a atuação do supervisor como formador de professores nas suas rotinas e práticas profissionais cotidianas.

- Apoiar a realização na dimensão escolar e na dimensão da sala de aula, respectivamente, de projetos institucionais e sequências didáticas de leitura.

- Melhorar o ambiente alfabetizador na sala de aula e instituir rotinas nas quais os estudantes atuem como leitores e escritores no ciclo

inicial da alfabetização e na continuidade.

- Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da leitura e da produção de texto, ampliando espaços, tempos e conhecimento didático dos docentes.

- Fortalecer redes colaborativas em prol da educação cujo centro seja a articulação de desejos, vontades e práticas profissionais de dirigentes escolares, supervisores e professores; famílias e estudantes.

Após todo esse percurso, delineou-se o processo formativo.



3. REDIFINIÇÃO DAS FUNÇÕES PROFISSIONAIS

O programa Via Escola desempenhou um papel essencial para a redefinição das funções profissionais do município de Jaboatão dos Guararapes. Assim, embora o objetivo geral, apresentado no início do programa, envolvesse o alcance da alfabetização das crianças até os 10 anos de idade, sabemos que inserir cada ator desse processo complexo de forma específica, considerando as particularidades de suas funções, contribui significativamente para que cada um se situe e reconstrua a sua identidade, a sua atividade profissional em torno do mesmo objetivo.

Em princípio, podemos identificar essa preocupação, quando logo no início das formações pelo Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, quando houve um enfoque na discussão envolvendo as redes colaborativas, que se tratam, conforme Monteiro e

Ribeiro (2014) de espaços democráticos, de participação, de parceria e de horizontalidade, em que se buscam fortalecer o coletivo, considerando a identidade e autonomia de seus componentes.

A partir dessa perspectiva, o Via Escola iniciou os trabalhos em Jaboatão dos Guararapes: escutando, valorizando e, principalmente, promovendo a reflexão sobre as atribuições de cada ator do processo educativo (professores, supervisores e dirigentes escolares e a equipe técnica da secretaria de educação).

Desde o início, também refletimos sobre a complexidade em tornar uma rede colaborativa pela educação. Tal reconhecimento é essencial, pois conforme Monteiro e Ribeiro (2014, p. 36) “no âmbito municipal, as instituições escolares não podem ser

vistas como células isoladas, mas como componentes de um sistema complexo e multifacetado”. O desafio estava posto. Porém, sabemos que a provocação e reflexão promovem conflitos, e assim foi, houve muitos conflitos, que incomodaram, provocaram discussões intermináveis, mas que foram e são necessários para o nosso processo formativo.

Sobre esse processo contínuo de construções, Monteiro e Ribeiro (2014) também apontam a importância de reconhecer o grupo colaborativo enquanto um contexto permanente de aprendizagem, que precisa estar permeado pela cooperação e parceria. Sobre esse aspecto, reconhecemos o papel da formação permanente e em serviço como estratégia primordial para o avanço dos resultados no município.

Ainda segundo Monteiro e Ribeiro (2014, p. 49 apud GOUVEIA, 2012) “A reflexão sobre a prática se destaca como peça-chave no contexto da formação permanente, baseada na valorização do fazer profissional. ” Com isso, não se tem como objetivo diminuir o papel das teorias, na reflexão da ação pedagógica, mas em enfatizar uma “teorização da prática”, ou seja, a “transformação do contexto

de trabalho em objeto de reflexão e da recuperação do valor do estudo teórico”.

A partir dessa perspectiva, reconceitualizamos nossas práticas profissionais. Se considerarmos especificamente o papel dos coordenadores educacionais (técnicos), reafirmamos o nosso papel na formação dos supervisores escolares, e também no reconhecimento das atribuições desses atores no contexto escolar. Tornamos prática, na nossa equipe, por exemplo, a elaboração de um plano de ação e também de formação continuada voltado especificamente para os supervisores escolares, que embora englobasse as temáticas voltadas para os processos de ensino e aprendizagem, passou a contemplar aspectos relativos às atribuições específicas desses autores. Tais modificações foram fundamentais para o direcionamento do trabalho pedagógico na escola. Com isso, entendemos e valorizamos a busca pelo Via Escola, em promover a autonomia do município na constituição de uma rede colaborativa.

Outro ator fundamental nesse processo, já citado, é o supervisor escolar, que tem o importante papel

de, conforme Monteiro *et al.* (2012), “promover o processo de formação dos professores e se corresponsabilizar pela gestão da aprendizagem dos alunos”. Esse foi, e continua sendo, um enorme desafio, pois, é reconhecido nacionalmente que esse ator, muitas vezes, é absorvido por tarefas burocráticas, por demandas cotidianas da escola, ocasionadas pela própria estrutura dos sistemas de ensino. Apesar disso, reconhecemos mudanças significativas nos papéis desempenhados, entre muitos supervisores da rede de Jaboatão dos Guararapes.

No processo vivenciado com o Via Escola, esse profissional foi desafiado a assumir cada vez mais (juntamente com o dirigente escolar) seu papel de gestor das aprendizagens na escola. Tendo que para isso construir uma rotina profissional que levasse em conta o acompanhamento e

monitoramento dos resultados da escola.

Outro ator que merece destaque é o dirigente escolar, que segundo Monteiro *et al.* (2012), precisa assumir o importante papel, enquanto gestor de instituições centradas na aprendizagem. Do contrário, podemos nos deparar com uma dicotomização do trabalho escolar, que toma o gestor

como aquele que cuida do administrativo, e o supervisor como aquele que cuida do trabalho pedagógico; isso pode resultar num esvaziamento do trabalho administrativo e na fragilização do trabalho escolar. Acreditamos que apesar da importante contribuição do Via Escola sobre a importância desse

redirecionamento, esse ainda é o nosso maior desafio.

Não podemos deixar de enfatizar o trabalho daquele que precisa ser o centro de toda a construção da rede colaborativa: o professor. Nenhum avanço acontece

*Apesar de
reconhecemos que
temos muito o que
caminhar, que ainda
são muitos os
desafios, não
podemos deixar de
reconhecer o
importante legado do
Via escola na
melhoria das práticas
educativas em nossa
rede de ensino.*

na escola, sem a adesão e participação desses autores.

Sobre esse aspecto, o Via Escola e a própria política de formação continuada, que já existia no município, apresentou um importante papel na reconceitualização de muitas práticas de ensino. Atualmente, identificamos uma maior preocupação no processo avaliativo, na análise de resultados, e especialmente nos direcionamentos das práticas de

intervenção pedagógica, momentos como hora da leitura, organização da rotina pedagógica, de projetos didáticos, estão fazendo cada dia mais parte da rotina das nossas escolas.

Sendo assim, apesar de termos ainda muito a caminhar, pois são muitos os desafios, não podemos deixar de reconhecer o importante legado do Via escola na melhoria das práticas educativas em nossa rede de ensino.



4. A TEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA

Entendemos que a formação do professor deve atender suas necessidades de sala de aula, contudo trabalhávamos numa perspectiva ampla, porém acreditávamos que ajudávamos a resolver alguns anseios dos professores.

Entre outras discussões, o Via Escola trouxe para nós uma reflexão sobre a tematização da prática, a partir de alguns autores, que discutem do fazer pedagógico propondo várias estratégias, inclusive a filmagem da aula para se analisar posteriormente, em que o ensino e aprendizagem serão o foco desse acompanhamento.

Há que considerar que para que esse momento de tematização da prática via filmagem, por exemplo, aconteça, o processo de formação precisa ser ancorado em relações de confiança, cooperação, segurança, informação, decisão e tanto mais...

O processo de tematização da prática implica em investimento na documentação do fazer pedagógico, e para tanto é preciso realizar registros escritos,

fotográficos e/ou videográficos. Todo esse material, utilizado a serviço da reflexão sobre a prática, contribui para importante tomada de decisões e reconceitualizações por parte dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Chegar nesse momento é a revelação do crescimento profissional, é a busca da qualificação para o empoderamento desse fazer, é assumir todo dia o compromisso de garantir as aprendizagens de todos os estudantes.

De fato, o Via Escola efetivamente só trabalhou com cinco escolas diretamente, mas com certeza a rede sentiu e vive esse impacto, pois a equipe técnica tomou para si a responsabilidade de fazer acontecer a mudança na prática de sala de aula. Estamos longe do desejável, mas é certo também dizer que já avançamos muito e sabemos bem onde queremos chegar.

5. DUPLA CONCEITUALIZAÇÃO:

CONTRIBUTO PARA A FORMAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSOR

Considerando os eixos que norteiam a formação permanente de professores, pontuamos a significativa contribuição das estratégias de formação centrada na dupla conceitualização e na tematização da prática, em que o foco central é o processo de construção de conhecimentos didáticos e o efetivo avanço nas aprendizagens dos estudantes.

Nesta concepção, tais estratégias ou dispositivos de formação valorizam o conhecimento didático, a reflexão sobre a própria prática pedagógica e participação do professor em situações de aprendizagens, resultando no fazer a prática para depois conceitualizá-la e na efetivação sobre como ensiná-la.

Como descrito por Lerner (2002, p.107), a dupla conceitualização caracteriza-se como situação de:

[...] duplo objetivo: conseguir, por um lado, que os professores construam conhecimentos sobre um objeto de ensino e, por outro lado, que elaborem conhecimentos referentes às condições didáticas necessárias para que seus alunos possam apropriar-se desse objeto.

Nesta visão, são situações ou estratégias que devemos conservar no âmbito da formação permanente, pois favorece aos professores um contato simultâneo com duas aprendizagens, principalmente nas situações que ainda saibam pouco sobre determinado objeto ou que precisem melhor reconceitualizá-lo para ensinar aos estudantes.

O objetivo não é vivenciar situações para replicá-las, nem as infantilizar em sala de aula, mas possibilitar a elaboração e planejamento de transposições com os devidos e necessários ajustes ou adaptações para o ensino. O formador precisa ter a sensibilidade a respeito da conservação de situações já desenvolvidas pelos professores e que se apresentam produtivas e efetivas, deve favorecer o acréscimo de novos conhecimentos a respeito do objeto e conscientizar-se de melhores procedimentos para ensiná-los.

O processo de refletir sobre a própria prática favoreceu à equipe técnico-pedagógica dos Anos Iniciais ressignificar concepções a respeito de

questões teóricas contemporâneas, sobre formação permanente e acompanhamento pedagógico aos supervisores pedagógicos escolares nas Unidades de Ensino, de forma

colaborativa, bem como qualificar ações diagnósticas, devolutivas e interventivas, com foco na efetivação das aprendizagens dos estudantes.

6. PLANO DE FORMAÇÃO

A formação continuada possibilita a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, promovendo a constante atualização do profissional envolvido.

Segundo Nóvoa (2003, p.23) “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”.

A proposta de formação já existia na rede antes do Programa Via Escola, porém, o mesmo veio enriquecer a forma como nós, Equipe Técnica, nos articulávamos para elaboração das formações dadas aos supervisores escolares e, posteriormente e pontualmente, aos professores.

A partir dessa nova visão passamos a repensar nosso Plano de Ação, e dessa forma percebemos as lacunas existentes em nossa formação

continuada. Através das formações que recebíamos do Via Escola, fomos percebendo a necessidade da tematização da prática, do reordenamento das nossas ações em relação ao acompanhamento às escolas, e com isso também percebemos a necessidade de dar uma ressignificada às formações que elaborávamos para os supervisores escolares.

Iniciou-se, então, a busca por uma qualificação das formações, tentando criar condições reflexivas sobre a prática, tendo como um dos principais objetivos estimular para que o supervisor escolar atuasse como agente multiplicador e percebedor de sua importância no acompanhamento e apoio aos professores.

Tornou-se nosso desafio promover situações de reflexão para que aconteça a reconceitualização da concepção do supervisor, dirigente

escolar e professor, focalizando a escola como espaço de práticas sociais de leitura e escrita permanentes.

“A gente começa a enxergar com outros olhos alguns conceitos que a gente tinha, uma quebra de paradigmas, e essa quebra, quando chega para os professores, ela não é uma quebra de paradigma que se dá de forma rápida. É um trabalho que você tem que fazer diário e com muito cuidado, respeitando as pessoas, a forma dela pensar, mas com objetivo de um crescimento maior do trabalho com o aluno”. (Grupo focal de supervisores escolares)

Algumas conquistas após nosso processo de formação são as reconceitualizações quanto:

- ✓ Reconhecimento do papel e da função do supervisor escolar;

- ✓ Compreensão sobre a importância de registrar e manter uma

rotina de trabalho que favoreça a gestão das práticas profissionais;

- ✓ Análise dos resultados para posterior intervenção no processo ensino-aprendizagem;

- ✓ Foco nos temas das formações distribuídas ao longo do ano letivo;

- ✓ Acompanhamento pedagógico às escolas piloto como estratégia para o monitoramento dos resultados;

- ✓ Análise dos resultados como norteadores para adequação das ações/intervenções;

- ✓ Qualificação do Conselho Escolar.

Assim, ao ressignificarmos as práticas formativas, ganhamos qualidade nas nossas ações.

7. A CRIANÇA COMO O CENTRO DA APRENDIZAGEM

A concepção sobre o mundo infantil vem sendo, ao longo dos anos, estabelecida mediante as mudanças de alguns paradigmas, entre eles o de sociedade e o da aprendizagem. Por muitos anos não se assistia à separação entre universo infantil e o mundo adulto. Só a partir do Século XX, mediante as mudanças econômicas, políticas e comportamentais da sociedade que se percebe um novo olhar no trato da família e da sociedade em relação às crianças.

Isso posto, se observa que essa transformação social demandou à escola uma pedagogia específica, ela não foi apenas um canal de transferência de conhecimentos, mas um meio para o aprendizado da vida em sociedade. O que impactou, também, no processo de ensino-aprendizagem. A concepção de aprendizagem, por sua vez, mediante as mudanças dos modelos científicos,

passa a ser compreendida como um processo que se desenvolve ao longo da vida do sujeito.

Em seu processo de aprendizagem as crianças criam e (re) criam condições que as permitem desenvolver capacidades de formar os conceitos, hipóteses e ideias, bem como a de estabelecer relações lógicas, percepções e socializações. Desse modo, a temporalidade da criança no seu processo de aprendizagem deve ser considerada, como ainda a garantia de um ambiente propício. Outrossim, o educador, na ação da aprendizagem infantil, assume uma posição fundamental de mediador, tendo em vista que fará interferências necessárias no processo de aprendizagem da criança ao objeto de conhecimento.



8. RECONCEITUALIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é, certamente, uma das etapas mais importantes da vida do sujeito, especialmente numa sociedade em que a valorização da cultura letrada está no cotidiano das pessoas. É por meio da inserção nas práticas de leitura e escrita que a escola vai rompendo com a perspectiva do trabalho com a língua fundada apenas nos aspectos ligados ao cognitivismo, visando à aprendizagem de regras sintáticas, semânticas e fonológicas, o que privilegia o trabalho com a língua de forma muito restrita.

O processo de alfabetização é uma etapa importante da vida da criança em que se desenvolvem as habilidades relativas à linguagem em seus eixos estruturantes³. A partir dos processos formativos, os professores vão reconceituando suas práticas e suas escolhas para o trabalho com o processo de alfabetização numa perspectiva que forme sujeitos capazes de utilizar-se daquilo que

aprendem na escola em suas práticas cotidianas.

Como dizem Albuquerque, Morais e Ferreira (2008), na “fabricação do cotidiano escolar” há que se ter mais que um bom recurso material, há que se ter um bom professor, comprometido com a aprendizagem das crianças, com o acompanhamento das modificações permanentes e capaz, sobretudo, de provocar mudanças na vida de seus alunos.

É nesse ir e vir que os professores e suas concepções de leitura passam a habitar o imaginário infantil desde a construção da leitura como deleite e não apenas como extensão ou pretexto para as atividades escolares. Conceber a leitura como algo que ultrapassa a linha do puramente mecânico é o passo primeiro rumo à construção de leitores críticos, ávidos pelo momento de sentar com seu livro como companheiro escolhido e não como simples recurso metodológico para se atingir um objetivo estabelecido por outrem.

³ Considerando-se que o ensino de Língua Portuguesa, conforme o PCN, deve contemplar as questões relativas à oralidade, análise linguística, leitura e produção de textos.

Desde muito cedo as crianças interagem com o mundo da leitura, e ao adentrar na escola elas mergulham no famoso universo letrado, como aponta Soares (1998). Desse modo, a escola é um lugar potencialmente importante, no qual a interação com materiais escritos, a convivência com sujeitos semelhantes e a mediação do professor se tornam elementos importantes para a entrada da criança nesse mundo.

Nesse movimento de busca pelo ensino dinâmico da leitura e da escrita para essa criança, as pesquisas nesse campo fizeram com que os conceitos de alfabetização fossem tomando corpo e espaço, coabitando a prática pedagógica e se

constituindo como espaço de discussão docente. E assim, também, entre ensinar e aprender, os professores vão reconceitualizando suas práticas de ensino.

A alfabetização é, assim, um ponto nevrálgico da escola, haja vista serem muitos os desafios a serem vencidos, tanto pela criança, quanto pelos professores. Desse modo, todo o trabalho feito para que se atinja esse objetivo precisa ser pensado cautelosamente ou, numa linguagem pedagógica, podemos dizer que ele necessita ser planejado, projetado e constantemente avaliado.

9. O PROFESSOR COMO MEDIADOR DAS APRENDIZAGENS

Estudos das últimas décadas, principalmente ligados à teoria construtivista, têm trazido grandes contribuições no que se refere ao desenvolvimento das crianças, durante seu processo de construção das aprendizagens. Tais estudos refletem sobre a relação sujeito-objeto de aprendizagem e destacam a importância do professor, como mediador, nessa relação.

É importante considerar esse processo de mediação e compreender sua relação e intervenção, como coloca Oliveira (1995). Assim, podemos afirmar que o professor mediador é aquele que assume o papel, imprescindível, de elo entre o estudante e o conhecimento.

Assim sendo, a ideia de professor mediador desfaz o conceito da transmissão e detenção do saber, traz à tona a responsabilidade do profissional que precisa, além de dominar o objeto de conhecimento que será construído pelos estudantes, perceber como eles aprendem, considerar o que já sabem e que trajetórias escolhem nessa construção, intervindo de acordo com as reais necessidades de aprendizagem. Ou

seja, “deixa-se de esperar das crianças a postura de ouvinte valorizando-se sua ação e sua expressão. Possibilitar à criança situações em que ela possa agir e ouvi-la expressar suas elaborações passam a ser princípios básicos da atuação do professor” (FONTANA E CRUZ, 1997, p. 110).

Sob essa perspectiva, a mediação do professor está presente no processo de pensamento das crianças, permitindo que elas tomem consciência de suas hipóteses e/ou conceitos sobre algo construído socialmente, ao longo dos anos pela humanidade. Conforme nos indica Rego (2001), o professor precisa ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados, facilitando o acesso e a apropriação desses conhecimentos de modo que eles possam utilizá-los em suas vidas de maneira eficiente e autônoma.

Para o exercício dessa mediação, compreendemos que a avaliação assume um lugar de bastante significado, distanciando-se da função de seleção e classificação,

precisa apresentar um perfil diagnóstico e formativo, fazendo parte de todo processo de ensino-aprendizagem, que tem como ponto de partida a singularidade de cada estudante. Ou seja, apresenta-se, também, como “um instrumento educativo que informa e faz uma valoração do processo de aprendizagem seguido pelo aluno, com o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas” (ZABALA, 1998, p. 200). Os “erros”, antes evitados, precisam ser considerados como “pistas” do que as

crianças já sabem e o que precisam saber sobre determinado conhecimento.

Avaliar não é fazer um “diagnóstico de capacidades”, mas acompanhar a variedade de ideias e manifestações das crianças para planejar ações educativas significativas. Parte de um olhar atento do professor, um olhar estudioso que reflete sobre o que vê, sobretudo um olhar sensível e confiante nas possibilidades que as crianças apresentam (HOFFMANN, 2012, p. 30).



10. ESTIMULAR A AUTONOMIA, EMPODERAR O ESTUDANTE

Considerando que o mundo em que vivemos se transforma rapidamente e que os modelos tradicionais de educação não dão conta do processo de aprendizagem dos estudantes atualmente, o que fazer para preparar nossas crianças e jovens para novos desafios? Qual o papel da escola hoje?

Pensando sobre isso identificamos que o papel dessa instituição chamada escola precisa considerar que o estudante é agente ativo de sua formação e que a busca pela autonomia, pelo protagonismo e empoderamento estudantil tem sido um caminho que muitos professores têm percorrido no processo de ensino e aprendizagem.

O professor e o estudante têm percebido que o autoritarismo não tem mais espaço no ambiente escolar e que o estudante já reconhece que o professor não é o dono do saber; pelo contrário, o professor tem o papel de incentivar o estudante a buscar elementos que motivem a busca de novas aprendizagens. O professor contemporâneo necessita, a todo

tempo, se questionar sobre o que o estudante precisa aprender, para ajudá-lo no seu desempenho e na construção de uma rotina de estudo, elaborando estratégias em que ele possa aprender a organizar-se, desenvolvendo métodos de estudo, gerindo seu tempo, definindo prioridades, considerando as instruções oferecidas pelo professor.

O professor que se preocupa em desenvolver a autonomia do estudante, interfere de forma provocativa, respeitando a liberdade e oferecendo elementos que desenvolva no aluno uma postura de pesquisador e responsável pela sua aprendizagem. O desenvolvimento da autonomia deve estar integrado no processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se como objeto da prática e da reflexão. Deste modo, construir um ambiente de aprendizagem formativa exige um esforço na organização, que implica em construir um planejamento que respeite o percurso de cada estudante.

Diante de tudo isso, ter a capacidade de empoderar o estudante, exige do professor garantir um

processo dinâmico que envolva aspectos cognitivos, afetivos e de conduta, aumentando a autonomia e a liberdade. Tal empoderamento

individual e estruturador, favorece e viabiliza engajamento social na perspectiva da cidadania.

11. INVESTIR NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA

A experiência com o Programa Via Escola traz uma abordagem diferente quanto às práticas de leitura e produção de textos costumeiramente desenvolvidas

nas escolas.

Muitas dessas práticas não demonstravam uma relação tão estreita com o cotidiano

vivenciado na sociedade, com

as práticas sociais de leitura e escrita.

Concordamos com as ideias de Lerner (2002, p.18) ao afirmar que “O necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura e escrita sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e

O trabalho com o Via Escola sinalizou a importância de repensar as práticas com vista à melhoria da aprendizagem dos alunos.

produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir”.

Nesse sentido, a premissa e todo o

trabalho do Via

Escola visava o

investimento nas

práticas sociais de

leitura e produção de

texto. Essa postura é

defendida por Lerner

(2002, p.10) ao

afirmar que se a

função social da

escola é a formação de leitores e

produtores de texto, as práticas não

podem, portanto serem periféricas.

Salienta que “o desafio é formar

praticantes da leitura e da escrita e

não apenas sujeitos que possam

decifrar o sistema de escrita”.

É importante, a partir disso, tomar

decisão acerca de quais conteúdos

devem ser ensinados. Nesse sentido,

reiteramos o que diz Luize (2006) quanto a que não há como ensinar a escrever sem lançar desafios da comunicação escrita, ainda que se trate de autores-iniciantes. Acrescenta ainda que apropriar-se da escrita implica atuar como escritor e aprender, aos poucos, a identificar e solucionar os problemas que as especificidades de cada situação comunicativa nos coloca.

Defende Luize (2006) que a produção de textos seja uma situação-problema para os estudantes; que é preciso que tenham algumas condições prévias para dar conta da tarefa e em igual medida que tenham desafios ao longo desse processo. Nesse sentido, se faz necessário que possam ter condições para buscar, com o apoio do professor, soluções para efetivar a comunicação, bem como problemas ou desafios a superar. Convém ressaltar que esse processo requer uma intervenção docente que favoreça um trabalho de produção de textos enquanto processo de reflexão sobre a língua escrita e práticas de linguagem, favorecendo assim as aprendizagens.

O trabalho com o Via Escola sinalizou a importância de repensar as práticas com vista à melhoria da

aprendizagem dos estudantes. Para tanto se lançou mão das contribuições de Molinari quanto à atividade “Clube de leitores”. A autora define o clube de leitores como uma proposta que possibilita muitas situações didáticas em que a leitura tenha funcionalidade e sentido, no contexto das bibliotecas de classe, em que haja grande intercâmbio entre os estudantes e os livros.

A partir disso, houve um investimento que favoreceu o trabalho com sequências didáticas, com a biblioteca de classe com conteúdos de aprendizagem, explorando desde a organização do acervo, análise, produção de fichas catalográficas, escrita do nome próprio, leitura, elaboração de sinopse e indicação literária.

Desse modo, as práticas sociais de leitura e escrita passaram a ser objeto de ensino. Este por sua vez vai além da língua escrita.

A reflexão trazida pelo Via Escola e defendida por Lerner é de que formar leitores e escritores requer dedicar muito tempo escolar ao ensino da leitura e da escrita envolvidas em práticas sociais.

Nesse viés, buscou refletir e fomentar na escola a produção e

estruturação de um Projeto Institucional de Leitura com o propósito de incentivar a formação de leitores no ambiente escolar e na comunidade do entorno, tendo em vista ensinar comportamentos leitores.

Quanto à produção de texto a ênfase também foi dada à análise de boas propostas de produção e revisão textual. Para tanto investiu-se na discussão quanto às condições didáticas necessárias à produção de textos. Lançou-se mão das contribuições de Brakling. Para a autora, produzir um texto não é uma atividade que se desenvolve no vazio e, portanto, é fruto de imagens construídas pelo produtor acerca do seu interlocutor, da finalidade posta para o texto, do lugar social, do que

falará, do gênero no qual o texto se organizará, no portador no qual o texto será publicado, bem como no lugar o qual o texto circulará.

Nessa perspectiva, a revisão precisa explorar não só aspectos ortográficos, mas, sobretudo, os aspectos discursivos do texto. Requer ações que envolvam diferentes etapas como planejar, escrever, revisar e reescrever.

Outro aspecto relevante do trabalho com o Via Escola foi a organização de rotinas que priorizassem o trabalho com leitura e produção textual como, por exemplo, leitura pelo professor, pelo aluno, análise e reflexão sobre o sistema de escrita, comunicação oral, produção de texto escrito.



12. TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

As considerações a respeito da transposição didática narram sobre as transformações que o discurso científico recebe, ao passar para as situações de ensino. Na teoria da transposição didática o foco de análise é a transposição dos conceitos científicos no processo de ensino.

Ao ser ensinado, todo conceito mantém semelhanças com a ideia originalmente presente em seu contexto da pesquisa, porém adquire outros significados próprios do ambiente escolar qual será alojado.

Cada saber tem sua própria comunidade autônoma, com seus respectivos representantes ou grupos. Conectando esses níveis apresenta-se a Noosfera, que se trata de uma esfera de ação, onde os protagonistas atuam na transformação do saber. Essa esfera abrange pessoas e/ou instituições que influenciam o sistema educacional, ou seja, toda personagem ou instituição social, econômica e política que operam nas transformações sofridas pelo saber, são consideradas parte da Noosfera. É nela que ocorrem alguns conflitos inevitáveis às transformações dos

saberes, onde os vários atores das diferentes esferas sociais negociam seus interesses, pontos de vistas etc.

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que o conhecimento científico ensinado nas escolas deve ser fundamentado no conhecimento produzido pelos cientistas. Daí para frente, ideias, conceitos, teorias são, então, transpostos para os programas escolares e materiais didáticos.

Contudo, o conhecimento acadêmico deve ser “adaptado” ao ambiente das salas de aula, o que sugere que o Saber ensinar e o Saber ensinado sejam, obviamente, pouco diferentes daqueles presentes nos laboratórios e grupos de pesquisa. Essa forma de considerar o ensino traz encravada a ideia de simplificação do saber.

Para o estudante, esta ideia de simplificação do conhecimento, em geral, é um obstáculo. A maioria dos conceitos apresentados aos estudantes tem pouco (às vezes nenhum) significado para eles. Assim, aquilo que é ensinado nas escolas é muito diferente do que vivenciam fora dela. Raramente é possível conseguir aplicar os conhecimentos adquiridos

na escola em quaisquer outras situações que não sejam aquelas fornecidas dentro da sala de aula.

Vale ressaltar que a construção de modelos pela Ciência para a apreensão do real tende a decompor situações complicadas em situações mais simples, para que sejam compreendidas pelas teorias disponíveis. Assim, neste processo, abstrações, simplificações e idealizações são praticadas, sem que os limites e possibilidades de tais opções sejam esquecidas, ficando o modelo condicionado às mesmas. Logo, a modelagem científica é

imprescindível para a construção da ciência e, também, para seu ensino.

A produção de um novo saber, mesmo com os riscos intrínsecos ao processo de criação, é razoável e necessária. É preciso ressaltar que as motivações e objetivos de se ensinar e aprender ciências são diferentes daqueles presentes no fazer científico. Há uma mudança de nicho epistemológico, o que implica numa inevitável transformação do conhecimento. Por isso, o Saber Ensinado e o Saber Sábio, embora conectados, são diferentes.



13. ANÁLISE E REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Apesar de a formação continuada ser mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 como direito, torná-la real em todos os segmentos da educação é desafiador. Para que aconteça de forma efetiva é necessário um redirecionamento dos valores das políticas públicas, dos conceitos estabelecidos e a sistematização dos planos e práticas profissionais da Secretaria de Educação às Unidades de Ensino.

Uma Rede de Ensino avança de forma eficaz ao cumprir sua função social na construção e promoção da aprendizagem com “Práticas Docentes Significativas”. Compreendendo a importância desta prática para aprendizagem dos estudantes é que a Rede de Jaboatão dos Guararapes direcionou sua política à valorização e execução da Formação Continuada e em serviço.

Neste contexto de responsabilidade social, o Via Escola apresenta-se, revelando seu programa de formação continuada de educadores, objetivando melhoria na aprendizagem dos estudantes. Consequentemente,

influenciando no cotidiano da escola, da sala de aula e na prática docente.

É neste viés de formação e prática docente que a cultura da formação continuada ganha força na rede, transformando-se em um espiral de estrutura colaborativa, de formação permanente em todos os segmentos, possibilitando parcerias e corresponsabilidades entre os profissionais, influenciando, mudando a postura do docente e provocando maior qualidade na aprendizagem dos estudantes.

Neste processo de responsabilidade profissional e social com a aprendizagem desenvolvida na sala de aula, cabe ao Supervisor Escolar provocar reflexões junto ao docente relativo à sua prática. Influenciando-o sistematicamente com análise e problematização das situações vivenciadas, valorizando o fazer profissional e a elaboração do saber através das reflexões. Nesse processo, é relevante valorizar a fundamentação teórica da prática desenvolvida, que naturalmente provocará maior autonomia docente.

Segundo Nóvoa (1988), a formação acontece na produção, e não no consumo do saber. Logo, tornar a prática como objeto de observação, de análise sobre o qual se pode pensar, gera aprendizagem, raciocínio que pode ser usado em situações semelhantes às que foram vivenciadas ou como estratégias para antecipação de problemas na sala de aula.

Dentre tantos processos da formação permanente, destaca-se o acompanhamento à sala de aula, que visa melhorar a prática pedagógica, pois dá-se através da observação direta. É através deste contato direto com a sala de aula que se materializa em suma a formação permanente. Vale ressaltar que esta é uma ação muito sensível, em que o docente precisa mostrar-se aberto ao processo.

É fundamental discutir com o professor sobre a importância do acompanhamento e com ele planejar, direcionar os conteúdos e revelar os aspectos que serão analisados. Depois da aula observada, faz-se necessário dar feedbacks pontuais, ouvir, deixar registrados os aspectos positivos e as dificuldades identificadas, como também dar devolutiva dos aspectos que podem

ser usados em outras situações, além da teorização sobre a prática.

Neste processo de formação é possível realizar acompanhamento de observação indireta através de análise dos planos de ensino, projetos, sequências didáticas, dossiês, planos de aula, atividades, produções, cadernos dos alunos, avaliações etc., podendo o formador realizar as intervenções individualmente e levar para a formação registro dos pontos observados que podem contribuir com a aprendizagem de todos.

Através do processo formativo da rede, supervisores pedagógicos escolares e docentes se apropriaram das teorias sobre desenvolvimento da leitura e escrita, possibilitando a compreensão das concepções que envolvem o processo de alfabetização. Tais concepções impactaram a didática docente, fazendo observar e valorizar os diferentes níveis do desenvolvimento da escrita. Logo os registros escritos pelos estudantes que antes eram considerados erros, passaram a não ser vistos como erros, mas como legítimas expressões do seu processo no desenvolvimento da sua aprendizagem.

O olhar sobre o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética redirecionou a prática docente no Município, estreitou o relacionamento

do supervisor e

professor, tendo

em vista a

necessidade de

um

acompanhamento

mais pontual. A

demanda do

trabalho do

supervisor foi

alterada e

redimensionada,

contemplando em

seu Plano de Ação,

acompanhamentos mais ajustados à

necessidade docente na sala de aula.

O educador passou a entender que era necessário redirecionar seu planejamento, elaborar atividades de acordo com os saberes e não saberes dos estudantes, pois a aprendizagem realizava-se em diferentes tempos, e para otimização de sua didática surgiu a necessidade de realizar agrupamentos produtivos na sala de aula.

Antes deste olhar sobre a psicogênese da língua escrita, muitos

estudantes corriam o risco de ficar paralisados, esquecidos, adormecidos,

pois, a prática docente estava voltada

à homogeneidade da classe, a ênfase

era para ação

coletiva e não

para

especificidade

da

aprendizagem

que o grupo

apresentava.

A leitura

deleite passou a

ser mais

apreciada, pois

vivia-se na

própria

formação continuada este ato. Ler por

ler, ler por prazer estético, o ato de ler

ganhou mais força na sala de aula.

O uso da leitura colaborativa, da problematização diante da leitura de textos, o desenvolvimento de sequências didáticas visualizado através dos planejamentos, dos projetos, das observações diretas possibilitaram maior autonomia discente, permitiram intimidade com o mundo escrito, facilitando a compreensão, o entendimento do letramento.

A formação continuada reforçou a importância da documentação, dos registros através dos planejamentos, portfólio, dos relatórios, planos de ações e projetos, firmando a cultura do profissional leitor e escritor, consequentemente ajustando a sala de aula como espaço de promoção ao aluno leitor e escritor.

No livro *Gestão Pedagógica da rede de ensino*, Monteiro e Ribeiro (2014, p.86) afirmam que “o sucesso da formação continuada de coordenadores pedagógicos pode ser conferido mais pela evolução das práticas docentes e das aprendizagens dos alunos do que pela aferição da ampliação dos conhecimentos teóricos”. Assim, a evolução das

práticas docentes se institui a partir do momento em que as práticas são recontextualizadas em virtude dessa formação.

O impacto da formação continuada em rede estabelecida pelo Secretaria de Educação pode ser mensurado através dos resultados das avaliações externas que revelam um salto qualitativo no cumprimento de sua função social.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de; FERREIRA, Andréa Tereza Brito. **As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras?** Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 38 maio/ago. 2008.
- BRAKLING, Kátia Lomba. **O assunto é... produção de textos.** Texto publicado no site Educarede, na Sessão “O Assunto é”, em 2003. Disponível em: www.educarede.org.br. Acesso 02/Novembro/ 2017.
- FONTANA, Roseli e CRUZ, Maria Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LERNER, Délia. **Ler e Escrever na Escola: O Real, o Possível e o Necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LUIZE, Andréa. O processo de revisão no Grupo 4: ampliando a interação entre autor e texto. In: **Memória do Simpósio 2005.** São Paulo: Escola da Vila, jun/2006, vol. III.
- MOLINARI, Maria Cláudia. **Uma atividade permanente: Clube de leitores.** A escrita de recomendações pelas crianças da Educação Infantil. Mimeo.
- MONTEIRO, Elisabete, et al. **Coordenador pedagógico: função, rotina e prática.** Coleção Educar em Rede. Palmeiras: Icep, 2014.
- MONTEIRO, Elisabete; RIBEIRO, Neurilene. **Gestão Pedagógica da rede de ensino: Política de formação continuada, acompanhamento e avaliação da aprendizagem.** Coleção Educar em Rede. Palmeiras: Icep, 2014.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, Neurilene. **Uma rede colaborativa pela educação.** Publicações - Salto para o Futuro. Coordenação em Foco. 2012.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- ZABALA, A. **A prática avaliativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.